

**DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE
PAGAMENTOS**

*Relatório
dos
Sistemas de Pagamentos
e de
Liquidação Interbancária*



Banco de Portugal

2002

JULHO DE 2003

Índice

Nota Prévia	7
Capítulo I - Sistema de Liquidação Interbancária – Evolução Global	11
Evolução Global	13
Caixa 1: Evolução dos meios de pagamento em Portugal	18
Capítulo II - Sistemas de Liquidação por Bruto	21
SPGT	23
SLOD	32
TARGET	33
Caixa 2: Sistema de Informação do TARGET (TIS)	39
Caixa 3: Calendário Permanente do TARGET – Decidido em 2002	40
Capítulo III - Sistema de Compensação Interbancária (SICOI)	41
SICOI	43
Cheques	46
Efeitos	50
Transferências Electrónicas Interbancárias (TEIs)	53
Multibanco	57
Débitos Directos	63
Caixa 4: Cadernos do Banco de Portugal	67
Caixa 5: Grupos de Trabalho Interbancários	68

Índice de Quadros

Quadros

Quadro I.1	Movimento global do Sistema de Liquidação Interbancária	13
Quadro I.2	Médias diárias do Sistema de Liquidação Interbancária	13
Quadro I.3	Participantes no Sistema de Liquidação Interbancária	17
Quadro I.4	Valor médio por instrumento de pagamento	17
Quadro II.1	Movimento global do SPGT – Operações domésticas em 2002	27
Quadro II.2	Cheques de grande montante em 2002	28
Quadro II.3	Movimento global do SPGT – Operações transnacionais em 2002	29
Quadro II.4	Operações transnacionais enviadas para o TARGET pelo SPGT	29
Quadro II.5	Operações transnacionais recebidas do TARGET no SPGT	29
Quadro II.6	SPGT – Liquidação de operações por período de funcionamento em 2002	31
Quadro II.7	Instruções de pagamento processadas pelo TARGET e outros sistemas de transferência de fundos interbancários de grande montante da zona euro	34
Quadro II.8	Pagamentos transnacionais enviados por cada SLBTR participante ou ligado ao TARGET	37
Quadro II.9	Pagamentos transnacionais no TARGET	37
Quadro II.10	Pagamentos transnacionais no TARGET por Sistema RTGS	38
Quadro III.1	Movimento global do Sistema de Compensação Interbancária (SICOI)	43
Quadro III.2	Documentos apresentados e devolvidos no Sistema de Compensação Interbancária	44
Quadro III.3	Cheques truncados e não truncados	46
Quadro III.4	Cheques devolvidos, por motivos de devolução	48
Quadro III.5	Dados mensais sobre os cheques apresentados e devolvidos	49
Quadro III.6	Efeitos, por tipo de efeito	50
Quadro III.7	Efeitos, por tipo de carteira em 2002	51
Quadro III.8	Dados mensais sobre os efeitos	51
Quadro III.9	TEIs, por escalão de valor em 2002	53
Quadro III.10	TEIs, por código de operação em 2002 (1º Fecho)	54
Quadro III.11	TEIs, por código de operação em 2002 (2º Fecho)	55
Quadro III.12	TEIs, por código de serviço em 2002	55
Quadro III.13	Dados mensais sobre as TEIs	56
Quadro III.14	Cartões e terminais Multibanco	57
Quadro III.15	Movimento global do Multibanco em 2002	58
Quadro III.16	Dados mensais sobre o Multibanco	59
Quadro III.17	Dados mensais sobre os débitos directos	63
Quadro III.18	Débitos Directos, por código de serviço em 2002	64
Quadro III.19	Débitos Directos, por código de operação em 2002	65
Quadro III.20	Débitos Directos rejeitados, por motivo de rejeição em 2002	66

Índice de Gráficos

Gráficos

Gráfico I.1	Volume global do Sistema de Liquidação Interbancária (SPGT e SICOI)	16
Gráfico I.2	Valor global do Sistema de Liquidação Interbancária (SPGT e SICOI)	16
Gráfico I.3	Evolução dos meios de pagamento em Portugal	19
Gráfico II.1	Evolução do volume de operações domésticas e transnacionais no SPGT	25
Gráfico II.2	Volume de operações domésticas e transnacionais no SPGT	26
Gráfico II.3	Valor das operações domésticas e transnacionais no SPGT	26
Gráfico II.4	SPGT – Liquidação de operações por período de funcionamento em 2002	30
Gráfico II.5	Instruções de pagamento processadas pelo TARGET e outros sistemas de transferência de fundos interbancários de grande montante da zona euro	34
Gráfico II.6	Disponibilidade de serviço SPGT e TARGET comparada	36
Gráfico III.1	SICOI – Cheques, TEIs e Débitos Directos devolvidos	45
Gráfico III.2	Cheques truncados e não truncados	47
Gráfico III.3	Comparação mensal do volume de cheques apresentados	49
Gráfico III.4	Efeitos, por tipo de efeito	51
Gráfico III.5	Comparação mensal do volume de efeitos	52
Gráfico III.6	Comparação mensal do volume de TEIs apresentadas	56
Gráfico III.7	Movimento global do Multibanco em 2002	59
Gráfico III.8	Comparação mensal do volume de operações do Multibanco	60
Gráfico III.9	Levantamentos internacionais e no estrangeiro em 2002	61
Gráfico III.10	Levantamentos nacionais e compras, por dias da semana, em Setembro de 2002	61
Gráfico III.11	Valor médio dos levantamentos nacionais e compras ao longo do mês de Setembro de 2002	62
Gráfico III.12	Comparação mensal do volume de débitos directos cobrados	64

O "Relatório dos Sistemas de Pagamentos e de Liquidação Interbancária - 2002" sintetiza os dados estatísticos relativos aos sistemas de pagamentos e de liquidação interbancária, tanto no que diz respeito aos pagamentos de grande valor como no que se refere aos pagamentos de retalho.

O ano de 2002, no âmbito dos sistemas de pagamentos, ficou marcado pela entrada em circulação das notas e moedas de euros, em 1 de Janeiro, e pela descontinuação das operações processadas em escudos nos sistemas de pagamentos de retalho integrados no Sistema de Compensação Interbancária (SICOI). Um faseamento adequado da descontinuação das operações em escudos - em Janeiro para as TEI (Transferências Electrónicas Interbancárias), em Março para os Cheques, Efeitos e Débitos Directos e em Junho para o sistema Multibanco - permitiu acomodar, sem quebras de funcionalidade, a transição para o processamento exclusivo em euros.

Em 1 de Fevereiro de 2002, passou a vigorar o novo limite de 100.000 euros para as operações processadas através do Sistema de Pagamentos de Grandes Montantes (SPGT). A redução do anterior valor de 500.000 euros, que teve por objectivo essencial um melhor controle do risco sistémico associado às liquidações por compensação, foi

acordada no âmbito interbancário, e provocou o reforço da utilização do SPGT, para o qual passaram a ser canalizados, obrigatoriamente, os pagamentos iguais ou superiores a 100.000 euros. Esta política de contenção do risco sistémico, prosseguida desde o início do funcionamento do SPGT, em 1996, reflecte-se na clara separação de objectivos no funcionamento do SPGT e do SICOI. O primeiro destina-se, principalmente, ao processamento em tempo real, com liquidação por bruto, das operações interbancárias de grande montante; o segundo está vocacionado para o processamento, com liquidação por compensação (*netting*), de grandes volumes de pagamentos de retalho. No ano de 2002, a utilização do Sistema de Liquidação Interbancária (conjunto do SPGT e SICOI) apresentou a seguinte distribuição: o SPGT com menos de 0,1 % do total das operações processadas apresenta um valor global de liquidações perto dos 92%; em contraste o SICOI com 99,9% do total das operações processadas regista somente perto de 8% dos valores liquidados.

No quadro operacional, o funcionamento do SPGT/TARGET e do SICOI em 2002 observou a seguinte evolução: crescimento do SPGT nas quantidades e valores processados, respectivamente em 54% e 6%; aumento dos volumes e diminuição dos valores processados no

SICOI, de 8% e -14,5%, respectivamente. Este comportamento é, em grande parte, explicado pela alteração do limite para as operações de grande montante, descrita no início deste ponto.

Merecem ainda destaque, em 2002, uma série de iniciativas, de âmbito nacional e europeu, visando a melhoria do funcionamento dos instrumentos e sistemas de pagamentos.

Assim, no âmbito nacional, salienta-se a edição dos “Cadernos do Banco de Portugal”, cujos três primeiros números foram dedicados a instrumentos de pagamento: “Débitos Directos”, “Transferências a Crédito” e “Cheques - Regras Gerais”. Futuras edições, abordando outras temáticas no âmbito dos instrumentos e sistemas de pagamentos procurarão, com a sua adequada difusão junto do público, intensificar a intervenção do Banco de Portugal na informação aos utilizadores dos serviços bancários, visando o melhor esclarecimento sobre as características dos instrumentos e sistemas de pagamentos à sua disposição, do seu modo de funcionamento e dos direitos e deveres inerentes à utilização daqueles instrumentos e sistemas.

No que se refere à actividade da CISP (Comissão de Coordenação Interbancária para os Sistemas de Pagamentos), destacam-se em 2002 acções com vista ao relançamento do Sistema de Débitos Directos, nomeadamente a aprovação de um logotipo identificativo, a “truncagem de Autorizações de Débito em Conta no

credor” e a aprovação de um novo tarifário interbancário, baseado em escalões de volume de operações, a vigorar somente a partir de 1 de Março de 2003. Na vertente de transferências a crédito, a CISP aprovou uma nova abordagem para o tratamento de Transferências de Baixo Valor (TBV), bem como a implementação de um mecanismo de controlo de duplicações no subsistema de TEI.

De salientar ainda, o lançamento em definitivo do projecto da Circulação Interbancária de Imagens de Cheques (CIIC), cuja entrada em funcionamento está prevista para o final de Outubro de 2003, bem como a decisão de criar, na estrutura da CISP, um Grupo de Trabalho Interbancário sobre Pagamentos Transfronteiros, visando o acompanhamento das principais actividades em curso ao nível da banca europeia de retalho, com impacto em Portugal, e toda a coordenação da participação portuguesa em *fora* internacionais, nomeadamente o EPC - European Payments Council.

No âmbito europeu, destaca-se a entrada em vigor, em 1 de Julho de 2002, do princípio da igualdade dos encargos aplicados às operações de pagamento electrónico até 12 500 euros, através de instrumentos de pagamento electrónico, designadamente, cartões de débito e/ou crédito e de levantamentos de numerário transfronteiros. Este princípio, constante do Regulamento nº 2560/2001 de 19 de Dezembro, do Parlamento Europeu e do Conselho, visa o objectivo geral de, gradualmente, fazer equivaler os preços

domésticos aos preços transnacionais nos pagamentos em euros, nos Estados Membros. Está igualmente estabelecido que esse princípio de igualização de encargos se alargue, a partir de 1 de Julho de 2003, às transferências bancárias transfronteiras expressas em euros. A partir de 1 de Janeiro de 2006, o limite de 12.500 euros para a aplicabilidade do princípio de igualização de encargos aplicados às operações enquadradas no regulamento acima referido, será elevado para os 50.000 euros.

Os bancos europeus e as suas associações representativas, anunciaram uma série de iniciativas no âmbito da *SEPA-Single Euro Payment Area* que visam, no seu conjunto, criar condições para a redução dos custos dos pagamentos transfronteiros, na linha do preconizado pelas instâncias comunitárias.

Esse objectivo será conseguido, conforme foi anunciado, com medidas de racionalização das infra-estruturas e na padronização e promoção dos instrumentos de pagamento considerados mais adequados.

O desenvolvimento dos trabalhos no âmbito do *EPC - European Payments Council* (órgão interbancário europeu que tem a seu cargo a implementação dos objectivos da SEPA), são acompanhados em Portugal pela CISP - Comissão de Coordenação Interbancária para os Sistemas de Pagamentos, que decidiu criar em 2002 um novo Grupo de Trabalho Interbancário para os Pagamentos

Transfronteiros, com o objectivo de desenvolver as acções e coordenar os trabalhos dos bancos portugueses naquele domínio.

Prosseguindo um objectivo antigo dos bancos centrais, principalmente os do G10, de redução do risco de liquidação das transacções cambiais, entrou em funcionamento em 9 de Setembro o *CLS - Continuous Linked Settlement*, um sistema de compensação e liquidação multidivisas. Este sistema, que opera nas principais moedas, incluindo o euro, o dólar americano e o iene, constitui a resposta do sector bancário no objectivo da redução do risco de liquidação cambial. No arranque, o CLS contou com a adesão de 67 instituições financeiras (22 da área do euro) de 17 países (Portugal não está por enquanto representado).

De salientar, durante o ano de 2002, o lançamento de várias consultas públicas, por parte do Banco Central Europeu e dos Bancos Centrais Nacionais da União Europeia, designadamente sobre: "O trabalho Conjunto do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Comité das Autoridades de Regulamentação dos Mercados Europeus de Valores Mobiliários no âmbito da Compensação e Liquidação"; "Os Objectivos de Segurança de Sistemas de Moeda Electrónica"; "Os Padrões de Superintendência dos Sistemas de Pagamentos de Retalho operando em euros"; "Os Pagamentos Electrónicos na Europa"; e o "TARGET2 - Princípios e Estrutura".

Tais consultas públicas visam, numa política de transparência das autoridades monetárias europeias, incentivar a participação das entidades interessadas no debate e esclarecimento das políticas prosseguidas no âmbito dos sistemas de pagamentos.

Ainda no que respeita ao TARGET, o principal objectivo do Eurosistema consiste em garantir que aquele evolua para um sistema que (i) satisfaça melhor as necessidades dos clientes, proporcionando um nível de serviços amplamente harmonizado, (ii) garanta a eficiência em termos de custos e (iii) esteja preparado para uma rápida adaptação à evolução futura, incluindo o alargamento da União Europeia (UE) e do Eurosistema.

Assim, os princípios mais importantes e a estrutura básica do futuro sistema

TARGET 2, que deverá estar operacional dentro de poucos anos, podem ser sintetizados como segue:

- Continuará a ser um sistema de plataformas múltiplas, constituído por componentes nacionais e por um “componente partilhado”.
- Será um sistema destinado predominantemente à liquidação em moeda do banco central de pagamentos em euros de importância sistémica e valor elevado.
- Terá um nível de serviços muito mais harmonizado do que o sistema actual.
- Existirá uma única estrutura de preços, a nível do Eurosistema, para as transacções domésticas e transfronteiras do TARGET.

**SISTEMA DE LIQUIDAÇÃO
INTERBANCÁRIA**

Evolução Global

Capítulo I

EVOLUÇÃO GLOBAL

O sistema de liquidação interbancária em Portugal engloba duas vertentes. Uma - a liquidação por bruto - é efectuada através do Sistema de Pagamentos de Grandes Transacções (SPGT) e do Sistema de Liquidação de Outros Depositantes (SLOD). Outra - a liquidação por compensação - é realizada via Sistema de Compensação Interbancária (SICOI).

8% relativamente a 2001 (em média, mais 318 mil pagamentos por dia), enquanto o seu valor subiu 3,9% (uma média diária de mais 478,2 milhões de euros). Em 2002, foi liquidado, na sua globalidade, 1.190 milhões de operações, sendo que aproximadamente 99,93% foram liquidadas por compensação e as restantes foram liquidadas por bruto (cf. Quadros I.1 e I.2).

O número total de pagamentos no sistema de liquidação interbancária português aumentou

Quadro I.1

Movimento global do Sistema de Liquidação Interbancária

(Volume em milhões e Valor em milhões de EUR)

	Ano 2001		Ano 2002		Variação (%)	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
Liquidação por Bruto	0,759	3 184 386,0	1,171	3 375 613,1	54,2	6,0
SPGT	0,739	3 127 703,5	1,142	3 326 558,4	54,4	6,4
Operações Domésticas	0,295	1 175 863,3	0,622	1 225 343,4	110,5	4,2
Operações Transnacionais	0,444	1 951 840,2	0,520	2 101 215,0	17,1	7,7
SLOD	0,019	56 682,5	0,029	49 054,7	52,6	-13,5
Liquidação por Compensação - SICOI	1100,626	360 955,6	1 188,405	308 465,7	8,0	-14,5
CHEQUES	229,027	262 798,6	210,843	215 300,7	-7,9	-18,1
EFEITOS	5,854	4 582,7	5,569	4 150,4	-4,9	-9,4
TEI	25,37	58 581,7	30,646	48 337,4	20,8	-17,5
MULTIBANCO	839,919	34 818,3	939,969	40 243,6	11,9	15,6
DÉBITOS DIRECTOS	0,456	174,3	1,378	433,6	202,2	148,8
Total	1101,385	3 545 341,6	1 189,576	3 684 078,8	8,0	3,9

Quadro I.2

Médias diárias do Sistema de Liquidação Interbancária

(Volume em milhares e Valor em milhões de EUR)

	Ano 2001		Ano 2002		Variação (%)	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
Liquidação por Bruto	2,988	12 537,0	4,591	13 237,7	53,6	5,6
SPGT	2,911	12 313,8	4,477	13 045,3	53,8	5,9
Operações Domésticas	1,163	4 629,4	2,438	4 805,3	109,6	3,8
Operações Transnacionais	1,748	7 684,4	2,039	8 240,1	16,7	7,2
SLOD	0,075	223,2	0,114	192,4	52,0	-13,8
Liquidação por Compensação - SICOI	4 455,976	1 461,4	4 772,711	1 238,8	7,1	-15,2
CHEQUES	927,235	1 064,0	846,759	864,7	-8,7	-18,7
EFEITOS	23,700	18,6	22,365	16,7	-5,6	-10,2
TEI	102,713	237,2	123,076	194,1	19,8	-18,1
MULTIBANCO	3 400,482	141,0	3 774,976	161,6	11,0	14,7
DÉBITOS DIRECTOS	1,846	0,7	5,534	1,7	199,8	146,8
Total	4 458,964	13 998,3	4 777,302	14 476,5	7,1	3,4

Nota: A liquidação por bruto funcionou durante 254 dias em 2001 e durante 255 dias em 2002. O SICOI teve 247 dias de funcionamento em 2001 e 249 dias em 2002.

No entanto, no que respeita ao valor das operações liquidadas, o cenário inverte-se, pois apenas 8,37% dos 3.684.078,8 milhões de euros foram liquidados através do SICOI. Dado que a liquidação por bruto envolve poucas operações de elevado valor, estes números constituem prova bastante da importância sistémica do SPGT. De facto, em 2002, o valor médio por operação do SPGT foi de 2.882.675,58 euros, o que compara com 259,56 euros no SICOI.

Enquanto que em 2001 foi processada pelo SPGT uma média diária de 2.909 pagamentos (desagregados em operações transnacionais e domésticas), em 2002 este número cresceu para 4.477 pagamentos por dia. É também de salientar o notório aumento das operações transnacionais face ao registado em 2001, quer em número (17,1%) quer em valor (7,7%), evidenciando o reforço da integração económica, monetária e financeira na zona euro. De 2001 para 2002, a média diária do número de pagamentos domésticos processados aumentou em 109,6% (crescimento médio de 1.275 operações por dia), enquanto as operações transnacionais registaram um crescimento de 16,7% (em média, mais 291 pagamentos diários). No que respeita ao valor médio diário dos pagamentos efectuados através do SPGT, foram liquidados mais 175,9 milhões de euros de operações domésticas e mais 555,6 milhões de euros de operações transnacionais. Em termos de volume, os pagamentos domésticos representaram cerca de 54,5% do tráfego total do SPGT em 2002, face a 40% em 2001. Relativamente ao movimento do SLOD em 2002, foram liquidadas 29 mil operações com um valor de

49.054,7 milhões de euros, o que representou um acréscimo do volume de operações (53,6%) e uma redução do seu valor (13,46%). Este comportamento do SLOD é confirmado pela análise das médias diárias e do valor médio por instrumento. As médias diárias demonstram que, de 2001 para 2002, ocorreu um aumento no número de pagamentos processados por dia (mais 39 pagamentos por dia) e uma diminuição do seu valor (menos 30,8 milhões de euros por dia). Assim sendo, o crescimento do número de pagamentos e a queda do seu montante conduziram à redução do valor médio dos pagamentos (1,692 milhões de euros em 2002 face a 2,983 milhões de euros em 2001).

No ano de 2002 registou-se, face ao ano anterior, uma alteração significativa no grau de utilização de cada um dos sistemas de liquidação existentes em Portugal. Assim, verifica-se uma diminuição dos valores médios das operações processadas, quer através do SPGT, quer do SICOI, e um crescimento da quantidade de operações liquidadas através do SPGT por contrapartida de uma redução do valor agregado das operações efectuadas através do SICOI. Esta evolução poderá ser considerada uma alteração estrutural nos sistemas de pagamento nacionais, uma vez que resulta, em grande medida, da revisão (em baixa) do montante a partir do qual as operações têm de ser obrigatoriamente liquidadas através do SPGT. O Banco de Portugal conjuntamente com o sistema bancário nacional, acordou na alteração do referido limite visando a promoção do bom funcionamento dos sistemas de pagamentos nacionais, canalizando obrigatoriamente para o SPGT

um maior número de operações o que, consequentemente, permitiu a redução do Risco Sistémico inerente aos sistemas de liquidação por compensação.

Nos sistemas de pagamento de retalho, a evolução favorável das Transferências Electrónicas Interbancárias (TEIs), dos Débitos Directos e do Multibanco correspondem aos esforços do sistema bancário português no sentido de fomentar o uso dos instrumentos de pagamento electrónicos em detrimento dos sistemas com suporte papel, como cheques e efeitos (cf. Gráfico I.1 e Gráfico I.2). O volume e o valor dos cheques liquidados têm registado uma redução lenta, sendo que 210,843 milhões de cheques (menos 18,184 milhões que em 2001) ascenderam a 215.300,7 milhões de euros, no ano de 2002. Ainda assim, este instrumento de pagamento continua a ser o mais representativo em termos de valor processado, aproximadamente 70% dos montantes liquidados através do SICOI.

Os efeitos registaram uma redução face ao ano anterior, quer em volume (menos 285 mil operações) quer em valor (menos 432,3 milhões de euros).

Do total de operações liquidadas através do SICOI em 2002 (939,969 milhões), 79,1% passaram pelo subsistema Multibanco, correspondendo, no entanto, a apenas 13% em termos de montante total. Este comportamento não constitui surpresa, pois é notório que os cidadãos utilizam cada vez mais os cartões de pagamento para efectuar as suas transacções quotidianas, geralmente de baixo valor.

Relativamente ao subsistema TEI, em 2002 foram compensadas 30,646 milhões de transferências electrónicas interbancárias (crescimento de 20,8% face a 2001), embora o seu valor médio tenha diminuído de 2.309,09 euros em 2001 para 1.577,28 euros em 2002 (esta alteração muito significativa deveu-se principalmente à obrigatoriedade das TEI de maior valor - desde Fevereiro de 2002 - serem liquidadas através do SPGT e não do SICOI).

O subsistema dos Débitos Directos que apenas entrou em pleno funcionamento no ano 2001, registou em 2002 aproximadamente 1,378 milhões de operações, com um valor total de 433,6 milhões de euros, o que representa, face a 2001, um crescimento de volumes e valores compensados na ordem dos 202,2% e 148,8% respectivamente. No âmbito do Sistema de Débitos Directos (SDD), será necessária uma maior promoção por parte das instituições de crédito e das empresas credoras, visando a utilização mais intensiva deste instrumento de pagamento. O Sistema de Débitos Directos é o único sistema de cobrança existente em Portugal efectivamente regulamentado e que concede, quer ao credor, quer ao devedor, um conjunto significativo de vantagens que justificam um forte investimento na sua promoção. O objectivo é que este moderno instrumento venha a adquirir no nosso país importância equivalente à registada noutros países da União Europeia, onde é o sistema de pagamentos com maiores volumes, estando perspectivada a interligação futura a sistemas congéneres europeus.

Gráfico I.1

Volume global do Sistema de Liquidação Interbancária (SPGT e SICOI)

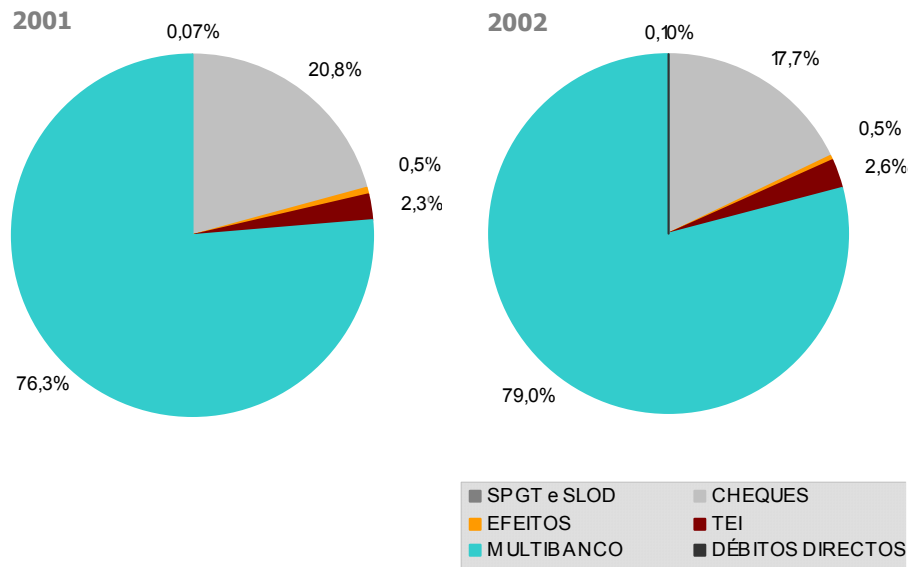
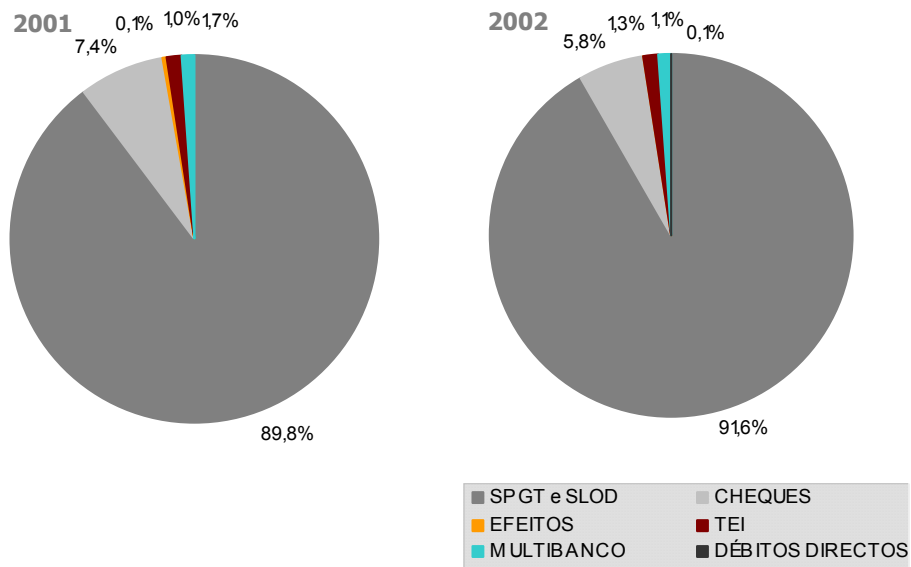


Gráfico I.2

Valor global do Sistema de Liquidação Interbancária (SPGT e SICOI)



Como se tem feito sentir nos últimos anos, registou-se em 2002 uma nova redução do número de participantes directos e um aumento de participantes indirectos no sistema de liquidação interbancária (SPGT e SICOI, cf. Quadro I.3), reflectindo assim o processo de fusão e consolidação do sector bancário. Os dados sobre a participação no sistema de liquidação interbancária, para o final de 2002, evidenciam o aumento dos

participantes indirectos em 9 instituições e o decréscimo dos participantes directos em 21 instituições, face ao ano anterior. De notar que entre 2001 e 2002, o número total de participantes no SPGT manteve-se inalterado, registando-se no entanto, no âmbito do SICOI, uma diminuição no número de participantes directos e um aumento de indirectos, de 2001 para 2002.

Quadro I.3

Participantes no Sistema de Liquidação Interbancária

	Ano 2001		Ano 2002	
	Directos	Indirectos	Directos	Indirectos
Liquidação por Bruto				
SPGT	37	-	37	-
SLOD	162	-	143	-
Liquidação por Compensação - SICOI				
CHEQUES	33	23	31	25
EFEITOS	22	11	21	14
TEI	37	17	38	17
MULTIBANCO	23	6	23	8
DÉBITOS DIRECTOS	20	5	20	7
Total	334	62	313	71

O Quadro I.4 evidencia um decréscimo do valor médio por instrumento/operação liquidada em todos os sistemas de pagamentos, exceptuando no Sistema Multibanco. No SPGT, o valor médio por operação liquidada decresceu 31,17%, enquanto no SLOD sofreu uma redução de 43,30%. No sistema Multibanco, o aumento do valor médio por operação liquidada foi de 3,28%. Pelo contrário, o valor médio por Cheque, Efeito, TEI e Débito Directo liquidado diminuiu em 11,01%, 4,80%, 31,69% e 17,68%, respectivamente. Conforme o anteriormente referido, esta redução quase generalizada dos valores médios foi originada pela alteração do limite a partir do qual as

instruções de pagamento são obrigatoriamente liquidadas através do SPGT e não do SICOI. Assim, as operações de valor entre 100 mil e 500 mil Euros, que eram anteriormente liquidadas através do SICOI, passaram a ser encaminhadas para o SPGT, conduzindo necessariamente a uma redução do valor médio dos pagamentos por compensação. Movimento idêntico foi registado no valor médio das operações de grande montante uma vez que ao absorver operações que anteriormente eram processadas através do SICOI, originou uma significativa redução do valor médio dos pagamentos efectuados via SPGT.

Quadro I.4

Valor médio por instrumento de pagamento

(em EUR)

	2001	2002
Liquidação por Bruto		
SPGT	4 232 346	2 912 923
SLOD	2 983 289	1 691 541
Liquidação por Compensação - SICOI		
CHEQUES	1 147	1 021
EFEITOS	783	745
TEI	2 309	1 577
MULTIBANCO	41	43
DÉBITOS DIRECTOS	382	315
Total	3 219	3 097

Caixa 1

Evolução dos meios de pagamento em Portugal

No espaço de doze anos (1989-2001), a utilização dos meios monetários e dos instrumentos de pagamento em Portugal teve uma viragem significativa (cf. Gráfico I.3). Assim, o rácio notas e moedas (em valor) relativamente ao PIB, passou de 6,8% em 1989 para 3,6% em 2001, revelando uma preferência crescente por meios e instrumentos de pagamento escriturais e electrónicos.

No âmbito dos instrumentos de pagamento escriturais/electrónicos, registou-se a inversão da posição relativa dos cheques e dos cartões de pagamento. De facto, estes dois instrumentos de pagamento têm sido privilegiados pelos portugueses. Em 1989, os cheques representavam 81% do volume total dos instrumentos de pagamento escriturais e passaram a representar apenas 27% em 2001, enquanto os cartões de pagamento (débito e crédito), que tinham um peso relativo de apenas 3% em 1989, representavam já 56,1% em 2001. Este comportamento confirma a utilização crescente dos instrumentos de pagamento electrónicos.

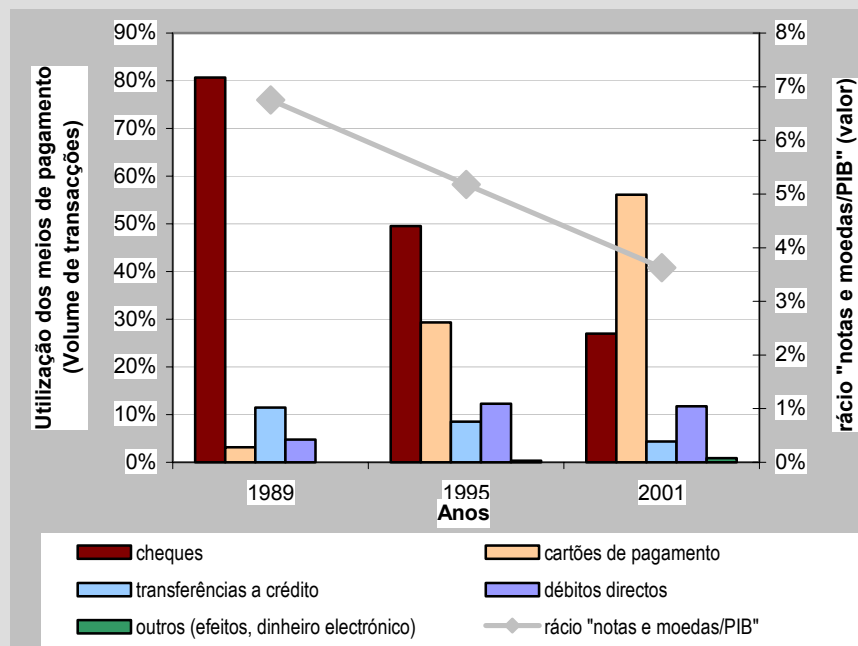
A evolução dos meios de pagamento em Portugal foi impulsionada por vários factores. O mais determinante foi a adopção da cooperação interbancária como pilar para o desenvolvimento das infra-estruturas de pagamentos em Portugal, de que a SIBS -

Sociedade Interbancária de Serviços (fundada em 1983) e a rede Multibanco por si desenvolvida, são o expoente mais significativo. Esta estratégia de cooperação interbancária tem funcionado com sucesso desde o início da década de 80, quando grande parte da banca ainda estava nacionalizada, até aos dias de hoje, em que assumem uma importância crescente os factores concorrência e diferenciação. Desta forma, foi possível assistir ao rápido desenvolvimento e modernização dos sistemas de pagamentos em Portugal.

Os marcos mais relevantes no desenvolvimento dos instrumentos e sistemas de pagamentos em Portugal foram, principalmente: (1) a criação do serviço Multibanco em 1985; (2) o início da compensação electrónica interbancária (cheques) em 1989; (3) o início da utilização da via verde nas auto-estradas em 1991; (4) a implementação do sistema de Transferências Electrónicas Interbancárias em 1992; (5) a criação do Porta Moedas Multibanco em 1995; (6) a entrada em funcionamento do SPGT em 1996; (7) a extinção da Compensação Tradicional em 1998; (8) a ligação do SPGT ao TARGET em 1999 e (9) a disponibilização do Sistema de Débitos Directos em 2000.

Gráfico I.3

Evolução dos meios de pagamento em Portugal



SISTEMAS DE LIQUIDAÇÃO POR BRUTO

Capítulo II

SPGT

Tendo iniciado o seu funcionamento em 30 de Setembro de 1996, o **Sistema de Pagamentos de Grandes Transacções (SPGT)** passou a ser um dos 15 sistemas de liquidação por bruto em tempo real nacionais que integram o TARGET desde 4 de Janeiro de 1999. O objectivo é disponibilizar uma plataforma única para processar eficientemente os movimentos relativos à política monetária e permitir pagamentos *cross-border* em euros (transferências interbancárias e de clientes) entre os países da União Europeia.

O SPGT destina-se ao processamento obrigatório de todos os pagamentos com valor unitário superior a um determinado valor (pagamentos de grande montante), permitindo desta forma assegurar a contenção do risco sistémico e de liquidez no sistema de pagamentos português.

Quando o SPGT arrancou, em 1996, o limite mínimo aplicado era 500 mil euros. Contudo, a 2 de Fevereiro de 2002, este limite foi reduzido para 100 mil euros.

Ao passar de um limite de 500 mil euros para 100 mil euros, alinou-se simultaneamente o preço doméstico do SPGT com o transnacional (com a correspondente diminuição dos preços praticados na vertente doméstica) e eliminaram-se as penalizações referentes aos pagamentos domésticos de menor montante (abaixo do limite definido).

A redução do montante obrigatório dos pagamentos para processamento exclusivo no SPGT visou atingir o seguinte quadro de objectivos:

- redução do risco sistémico nos sistemas de pagamento;
- utilização mais eficiente da capacidade de processamento instalada;
- melhoria do serviço bancário para os clientes das instituições de crédito;
- extensão da harmonização dos preços das transferências domésticas com os das transnacionais;
- manutenção dos níveis de recuperação de custos.

Tecnicamente e por forma a acolher sem sobressaltos o acréscimo de operações motivado pela introdução dessas alterações:

- reajustou-se a prioridade de liquidação dada aos cheques de grande montante de B para C;
- flexibilizou-se o tempo de permanência em fila de espera desses cheques, para além dos 90 minutos habituais, no extremo, até ao final da sub sessão do período normal;
- introduziu-se uma prioridade de despacho nas mensagens oriundas do BP, em função da criticidade dos pagamentos, de modo a evitar que os participantes do SPGT com maior volume de operações viessem a receber certos pagamentos mais críticos/urgentes (nomeadamente transnacionais) com algum atraso.

Em relação ao arranque do euro fiduciário e do período de transição, que decorreu nos

meses de Janeiro e Fevereiro, o seu impacto no SPGT foi mínimo, em especial se tivermos em conta que este sistema processa exclusivamente operações em euros desde o início de 1999.

Dessa forma, a cessação progressiva do processamento de operações em escudos, verificada nos sistemas de retalho, apenas acarretou a suspensão da recepção, no BP, dos ficheiros com saldos de compensação em escudos provenientes do SICOI para liquidação financeira no SPGT: do subsistema TEI logo em Janeiro e dos subsistemas de Cheques, Efeitos e Débitos Directos em Março.

Durante o ano de 2002 e à semelhança do efectuado em anos anteriores, foram realizados testes regulares de procedimentos de contingência, tanto no espaço doméstico, como no transnacional.

Assim, em Março e Outubro voltaram a realizar-se os testes semestrais de circuitos de emergência domésticos (via SWIFT e fax) com os Participantes SPGT, enquanto na vertente transnacional foram efectuados testes entre os Bancos Centrais Nacionais, com recurso a meios de processamento alternativos - estes últimos, à semelhança do realizado em 2001, inscritos em *live trials*, de modo a atender às realidades de produção e às necessidades de teste associadas a certos sistemas internacionalmente relevantes, como é o caso do sistema *CLS*.

Paralelamente, no BP foi instalada uma 2ª sala de controlo do SPGT, para monitorização e gestão alternativa do sistema, em caso de avaria da sala principal, como forma de

aumentar a resiliência das soluções de *back-up* existentes.

De notar ainda que, a par da *release* 2002 do TARGET introduzida no SPGT, foram efectuadas algumas alterações na rede doméstica deste sistema. Assim, de modo a aumentar a eficiência dos fluxos de mensagens domésticas, o BP e a SIBS efectuaram um redesenho das mensagens de adendas dos pagamentos transnacionais, cujos detalhes foram previamente veiculados junto dos participantes, de modo a estes poderem reajustar atempadamente os seus interfaces AT/aplicativos internos. Adicionalmente, a SIBS levou a cabo uma revisão do *software* do servidor da Aplicação de Tesouraria (AT), o que foi aproveitado por vários participantes para rever as respectivas configurações de *hardware* e *software* locais. De modo a minimizar o risco associado às instalações da nova versão da AT (7.0), foi efectuado um plano de instalação gradual, em que os Participantes implementaram essa nova versão em datas anteriores à do arranque de 18 de Novembro e inclusivamente antes de 11 de Novembro, data em que se acordou accionar o novo standard de mensagens domésticas em produção (essa estratégia só foi exequível, dada a possibilidade da versão da AT operar com os dois standards distintos de mensagens domésticas).

Em Outubro de 2002 foi concluída uma avaliação interna do SPGT, segundo os padrões estabelecidos nos "*Core Principles for Systemically Important Payment Systems*" definidos pelo Comité de Pagamentos do BIS - *Bank for International Settlements* e na

sequência da resolução de Janeiro de 2001 do Conselho de Governadores do BCE.

Alguns eventos de excepção, derivados de um afluxo anormalmente alto de pagamentos de algumas instituições em determinados dias de cada mês, levou, por um lado, à utilização de facilidades de introdução prévia de operações em dias anteriores (designadas vulgarmente de D+X), ou o mais cedo possível na data-valor respectiva, por outro, ao desencadear de um conjunto de trabalhos tendentes à melhoria da performance do SPGT, com base em reajustamentos possíveis de efectuar na configuração física, implementados de uma forma coordenada pelo BP e pela SIBS.

O “Relatório Anual do TARGET”, referente ao funcionamento deste sistema em 2002, foi publicado pelo BCE em Março de 2003. Aspectos qualitativos e quantitativos referentes aos fluxos de pagamentos nesse

período, à disponibilidade e à *performance*, aos desenvolvimentos efectuados e previstos, para além da abordagem de algumas questões organizativas e de gestão do sistema (quadro legal, preçário, etc.), são objecto de enfoque nesse relatório (ver dados mais salientes na secção relativa ao TARGET).

Em 2002, o SPGT processou mais 402 mil operações (54,4%) e mais 198.855 milhões de euros (6,4%) do que no ano anterior. No total, foram registadas 1.142 mil operações, com um montante de 3.326.558 milhões de euros.

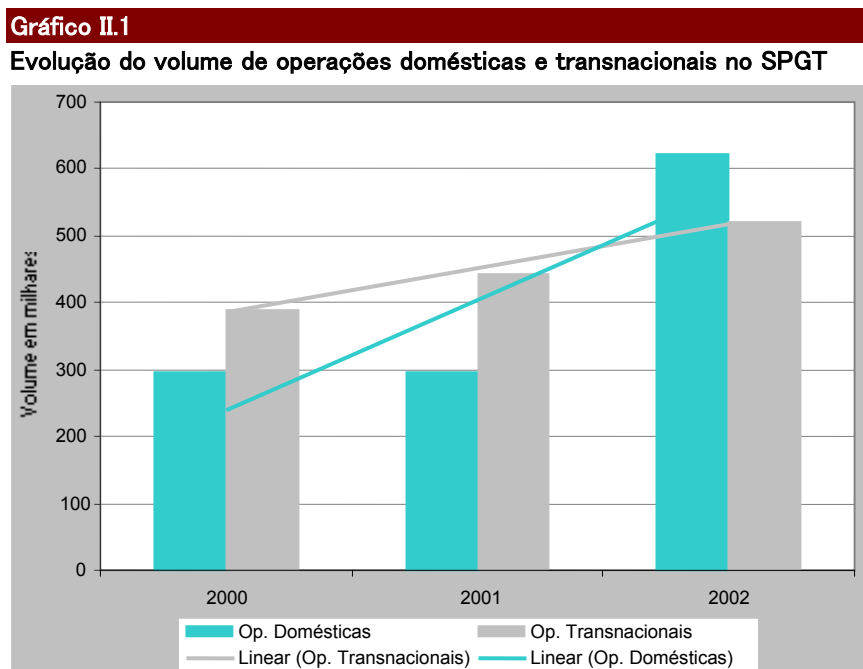


Gráfico II.2

Volume de operações domésticas e transnacionais no SPGT

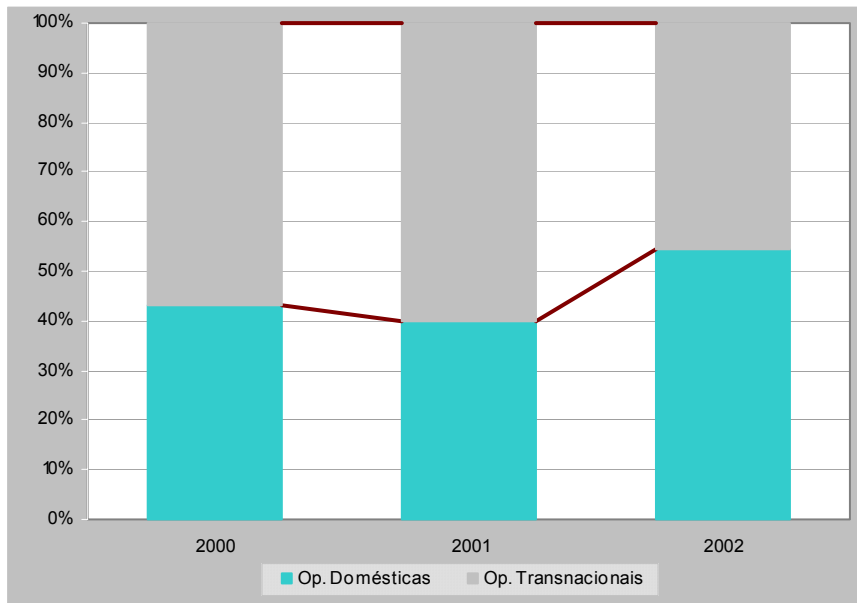
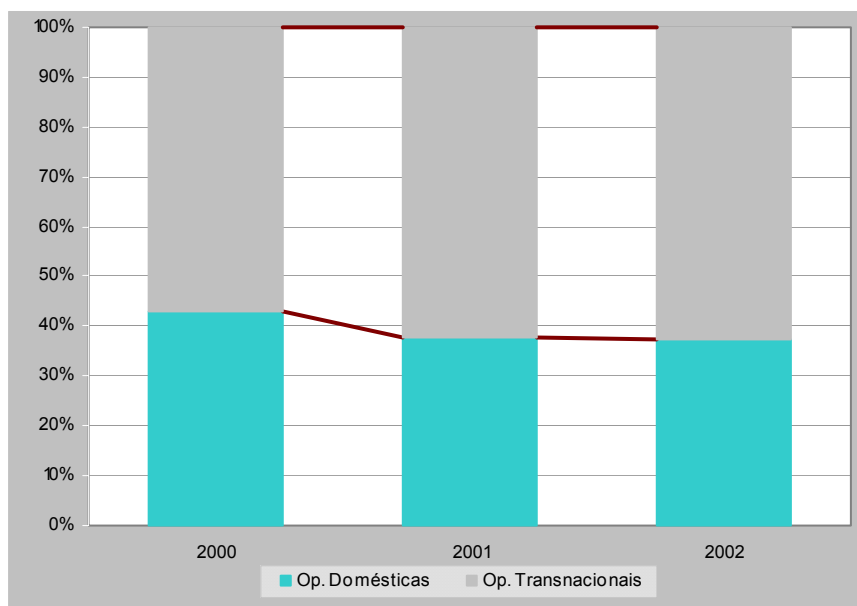


Gráfico II.3

Valor das operações domésticas e transnacionais no SPGT



As operações processadas no âmbito do SPGT podem ser domésticas ou transnacionais, sendo as últimas, até ao ano de 2001, em número claramente superior às primeiras. No entanto, no ano de 2002, com a alterações do limite do SPGT, registou-se um crescimento significativo no número de operações domésticas processadas, passando estas a

representar agora mais de 50% das quantidades liquidadas e perto de 40% dos montantes (cf. Gráfico II.1, II.2 e II.3).

De qualquer modo, as operações transnacionais registaram, em 2002, um aumento idêntico aos anos anteriores, acompanhando assim a tendência europeia, sendo impulsionadas pelo crescimento

expressivo dos pagamentos de clientes no sistema TARGET (cf. Quadros II.4, II.5 e II.9).

Em 2002 foram processados 622 mil pagamentos domésticos, a que corresponde um aumento de 110,5% face ao ano de 2001, e 520 mil pagamentos transnacionais que por sua vez representam apenas uma aumento de 17,1%. Assim, o SPGT registou, no ano de 2002, um aumento de 327 mil (54,4%) operações processadas. No que concerne aos montantes envolvidos, os pagamentos domésticos e transfronteiros registaram um aumento de 4,2% (mais 49.480 milhões de euros) e 7,7% (mais 149.375 milhões de euros), respectivamente.

As **operações domésticas** são aquelas que originam uma ordem de pagamento e/ou recebimento com impacto em contas de liquidação do participante SPGT e/ou SLOD. Em 2002, a maioria das operações domésticas processadas através do SPGT (67,76% em volume e 54,97% em valor) foi proveniente dos sistemas de origem do Banco de Portugal, ou seja, corresponderam no essencial à liquidação dos saldos dos sistemas de compensação, às operações processadas pelo sistema de mercados do Banco de Portugal, às operações de Bolsa e ainda à liquidação dos cheques de grande montante³.

³ Os cheques de grande montante têm, actualmente, valor unitário igual ou superior a 100 mil euros.

Quadro II.1

Movimento global do SPGT – Operações domésticas em 2002

(Volume em unidades e Valor em milhões de EUR)

	Operações dos sistemas de origem do BP		Operações ordenadas pelo canal SPGT		Total de Operações Domésticas	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
Janeiro	24 205	73 464,8	9 452	42 300,9	33 657	115 765,7
Fevereiro	37 068	57 538,8	15 732	40 611,9	52 800	98 150,7
Março	36 340	56 510,6	16 429	43 911,5	52 769	100 422,1
Abril	35 969	55 188,8	16 758	47 345,6	52 727	102 534,4
Mai	36 294	63 783,4	17 759	49 740,8	54 053	113 524,2
Junho	33 589	53 344,4	17 178	48 242,4	50 767	101 586,8
Julho	40 340	57 695,4	18 871	50 660,2	59 211	108 355,6
Agosto	35 471	41 616,0	16 532	49 294,6	52 003	90 910,6
Setembro	33 155	56 596,3	16 559	45 684,0	49 714	102 280,3
Outubro	37 950	64 761,6	18 772	45 123,0	56 722	109 884,6
Novembro	33 362	43 094,2	16 796	42 150,4	50 158	85 244,6
Dezembro	37 532	49 926,5	19 624	46 757,2	57 156	96 683,7
Total	421 275	673 520,8	200 462	551 822,5	621 737	1 225 343,3
<i>Média Diária</i>	<i>1 652</i>	<i>2 641,3</i>	<i>786</i>	<i>2 164,0</i>	<i>2 438,2</i>	<i>4 805,3</i>

As operações domésticas ordenadas pelo canal SPGT incluem as transferências interbancárias de banco para banco, por conta de clientes e de e para o Tesouro, tendo atingido 200.462 transacções e 551.822,5 milhões de euros em 2002 (cf. Quadro II.1). Neste total de operações domésticas estão incluídos cerca de 254 mil cheques de grande montante, com um valor de 123.961 milhões de euros (cf. Quadro II.2). Isto significa que, em 2002, foi liquidada uma

média diária de 1.020 cheques de grande montante, correspondentes a 497,8 milhões de euros, por dia. Estes números evidenciam um forte crescimento face ao ano anterior (crescimento de aproximadamente 491%), intimamente ligado à alteração do limite do SPGT (em 2001, foram liquidados apenas cerca de 43 mil cheques de grande montante com um valor de 92.211 milhões de euros). O mês em que foi processado o maior volume de cheques de grande montante foi Julho,

embora Dezembro tenha envolvido o maior valor liquidado. O mês de Janeiro registou o mínimo do ano de 2002 (4.132 cheques de grande montante e 9.029,3 milhões de euros), claramente abaixo dos valores

registados nos restantes meses (todos com quantidades superiores a 20 mil cheques), uma vez que a alteração do limite do SPGT apenas ocorreu no mês de Fevereiro.

Quadro II.2**Cheques de grande montante em 2002***(Volume em unidades e Valor em milhões de EUR)*

	Apresentados		Devolvidos ⁽¹⁾		Total	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
Janeiro	4 132	9 029,3	64	431,8	4 196	9 461,1
Fevereiro	20 381	10 395,7	175	194,9	20 556	10 590,6
Março	21 292	10 502,3	339	121,1	21 631	10 623,4
Abril	21 730	9 882,2	254	80,2	21 984	9 962,4
Mai	22 843	10 327,8	138	38,5	22 981	10 366,2
Junho	20 981	9 526,5	140	35,2	21 121	9 561,6
Julho	25 735	11 584,9	183	91,9	25 918	11 676,7
Agosto	21 802	9 574,2	145	32,7	21 947	9 606,9
Setembro	21 428	9 369,2	129	37,3	21 557	9 406,5
Outubro	24 578	10 803,5	197	59,9	24 775	10 863,5
Novembro	21 376	9 071,8	192	44,4	21 568	9 116,1
Dezembro	25 571	12 604,4	245	122,0	25 816	12 726,4
Total	251 849	122 671,7	2 201	1 289,8	254 050	123 961,5
<i>Média Diária</i>	<i>1 011</i>	<i>492,7</i>	<i>9</i>	<i>5,2</i>	<i>1 020</i>	<i>497,8</i>

(1) Inclui as devoluções e as devoluções de devoluções

As operações transnacionais são ordenadas por/ou a favor de um participante SPGT e originam um pagamento/recebimento em euros numa conta de liquidação num banco central nacional (BCN) da UE. O SPGT enviou 270.632 operações para o TARGET e recebeu 249.277 pagamentos do TARGET. As operações enviadas para o TARGET ascenderam a 1.050.958,4 milhões de euros e aquelas recebidas atingiram 1.050.256,8 milhões de euros (cf. Quadro II.3).

Dos pagamentos transnacionais recebidos do TARGET no SPGT, 96% em termos de valor e 45,08% em termos de volume corresponderam a transacções interbancárias (cf. Quadro II.5). Os pagamentos de clientes foram responsáveis por 54,79% do volume e 3,97%

do valor. O restante foi contribuído dos pagamentos inter-BCNs. Nas operações transnacionais enviadas para o TARGET pelo SPGT (cf. Quadro II.4), esta magnitude manteve-se sensivelmente a mesma: as transacções interbancárias asseguraram 37,72% do seu volume e 97,69% do seu valor, os pagamentos de clientes foram responsáveis por 62,19% do volume e 2,26% do valor e o restante corresponde a transferências inter-BCNs.

Quadro II.3

Movimento global do SPGT – Operações transnacionais em 2002

(Volume em unidades e Valor em milhões de EUR)

	Operações enviadas para o TARGET		Operações recebidas do TARGET		Total de Operações Transnacionais	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
Janeiro	22 142	90 405,7	19 131	89 303,0	41 273	179 708,7
Fevereiro	20 348	74 401,8	17 392	74 204,8	37 740	148 606,6
Março	21 748	96 970,7	19 028	95 942,9	40 776	192 913,6
Abril	22 236	75 916,5	20 597	76 749,1	42 833	152 665,6
Maio	23 631	79 965,8	20 962	80 218,1	44 593	160 183,9
Junho	20 931	77 073,6	19 177	76 273,7	40 108	153 347,3
Julho	26 478	103 649,2	24 536	104 433,2	51 014	208 082,4
Agosto	20 200	88 173,8	20 309	87 832,6	40 509	176 006,4
Setembro	22 647	98 647,6	21 126	97 415,9	43 773	196 063,5
Outubro	25 112	94 478,1	24 006	96 857,3	49 118	191 335,4
Novembro	22 255	85 908,8	21 133	84 605,6	43 388	170 514,4
Dezembro	22 904	85 366,8	21 880	86 420,6	44 784	171 787,4
Total	270 632	1 050 958,4	249 277	1 050 256,8	519 909	2 101 215,2
<i>Média Diária</i>	<i>1 061</i>	<i>4 121,4</i>	<i>978</i>	<i>4 118,7</i>	<i>2 038,9</i>	<i>8 240,1</i>

O valor médio dos pagamentos de clientes recebidos no SPGT (305,6 mil euros) foi superior ao resultante dos pagamentos de clientes enviados pelo SPGT (141,1 mil euros). No que respeita ao valor médio dos pagamentos de clientes registou-se uma

ligeira redução nos recebidos através do SPGT (1,98%) e um forte decréscimo (23,64%) nos enviados. O aumento registado nas médias diárias demonstra também a expansão dos pagamentos transnacionais.

Quadro II.4

Operações transnacionais enviadas para o TARGET pelo SPGT

(Volume em unidades e Valor em milhões de EUR)

	Ano 2001		Ano 2002		Variação (%)	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
Interbancárias	104 048	951 743,4	102 077	1 026 684,3	-1,9	7,9
Clientes	126 945	23 449,7	168 307	23 741,3	32,6	1,2
Inter-BCNs	343	772,2	248	532,7	-27,7	-31,0
Total	231 336	975 965,3	270 632	1 050 958,3	17,0	7,7
<i>Média Diária</i>	<i>911</i>	<i>3 842,4</i>	<i>1 061</i>	<i>4 121,4</i>	<i>16,5</i>	<i>7,3</i>

Quadro II.5

Operações transnacionais recebidas do TARGET no SPGT

(Volume em unidades e Valor em milhões de EUR)

	Ano 2001		Ano 2002		Variação (%)	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
Interbancárias	108 277	943 023,4	112 385	1 008 274,0	3,8	6,9
Clientes	103 942	32 404,0	136 582	41 736,5	31,4	28,8
Inter-BCNs	509	447,4	310	246,3	-39,1	-44,9
Total	212 728	975 874,8	249 277	1 050 256,8	17,2	7,6
<i>Média Diária</i>	<i>838</i>	<i>3 842,0</i>	<i>978</i>	<i>4 118,7</i>	<i>16,7</i>	<i>7,2</i>

O preçário do SPGT estabelece preços diferenciados consoante os períodos de liquidação das operações. Esta diferenciação por períodos de liquidação visa a redução do

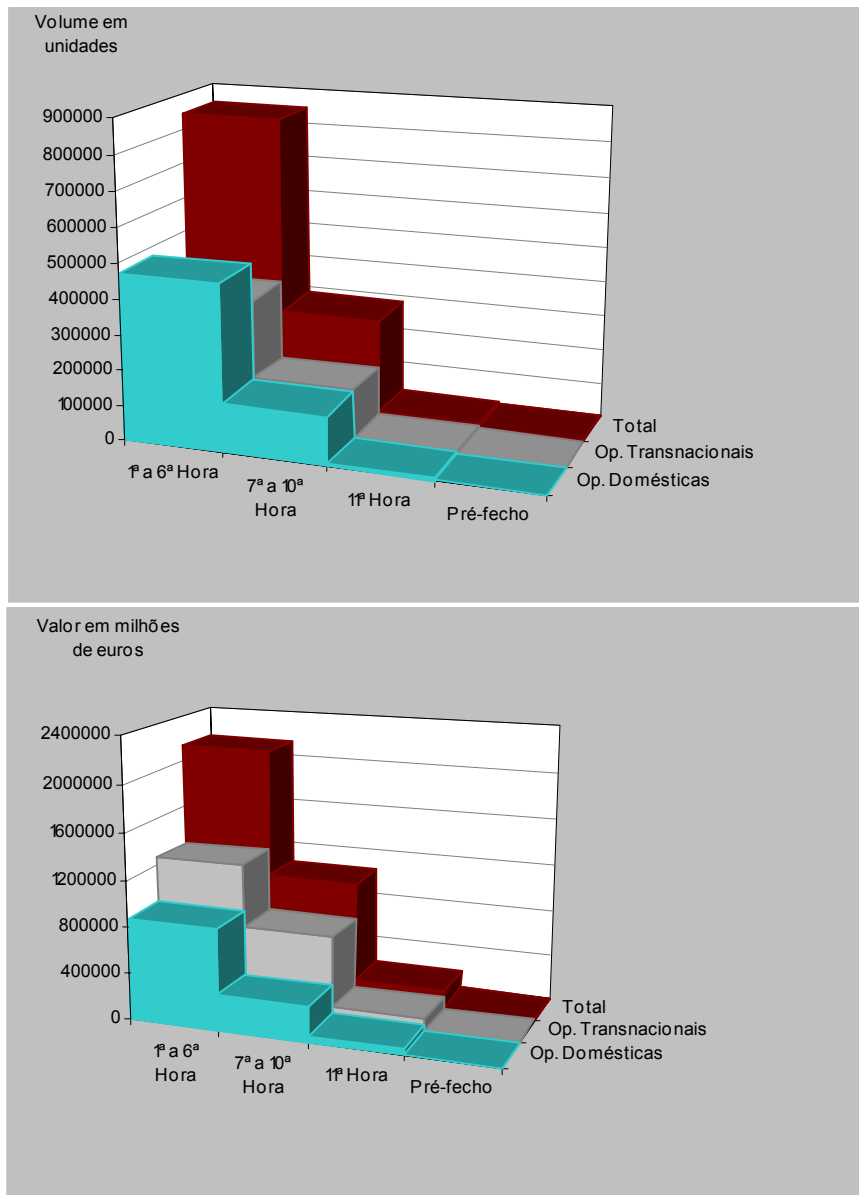
risco sistémico, penalizando as operações liquidadas tardiamente e incentivando assim os participantes no sistema a liquidar o mais cedo possível. Esta solução procura evitar a

acumulação de pagamentos no período de pré-fecho e a insuficiência de liquidez nas primeiras horas do dia seguinte (cf. Quadro II.6 e Gráfico II.4). Os dados permitem concluir que, nas primeiras 6 horas de funcionamento (entre as 6 horas da manhã e as 12 horas), foi processado 74% do volume e 64% do valor dos pagamentos. No final da 10^a

hora de funcionamento, o SPGT já tinha liquidado 98,9% dos pagamentos processados e 95,2% do seu montante. Sendo assim, até às 16 horas, o SPGT liquidou 1.140.227 pagamentos, com um valor de 3.321.999,7 milhões de euros. No período de fecho foram processados apenas 1419 pagamentos.

Gráfico II.4

SPGT – Liquidação de operações por período de funcionamento em 2002



Quadro II.6

SPGT – Liquidação de operações por período de funcionamento em 2002

	Domésticas		Transnacionais		Total	
	Volume (%)	Valor (%)	Volume (%)	Valor (%)	Volume (%)	Valor (%)
Período Normal ⁽¹⁾						
1ª à 6ª Hora	76,3	70,9	71,3	60,3	74,0	64,2
7ª à 10ª Hora	22,4	24,9	27,9	34,6	24,9	31,0
Período Interbancário						
11ª Hora	1,1	3,9	0,8	5,1	1,0	4,6
Período Pré-Fecho	0,2	0,2	0,0	0,1	0,1	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

⁽¹⁾ Transferências Interbancárias e de Clientes.

SLOD

O **Sistema de Liquidação de Outros Depositantes** (SLOD) foi criado com o objectivo de manter as facilidades de acesso a contas do Banco de Portugal por parte das instituições não elegíveis como participantes no SPGT. O SLOD engloba assim os depositantes do Banco de Portugal que não participam no SPGT por não cumprirem os requisitos mínimos, necessariamente exigentes e selectivos. Este sistema registou um crescimento significativo no que respeita ao volume de operações processadas (52,6%)

e uma evolução inversa no que se refere ao montante envolvido (-13,5%). Este comportamento conduziu à redução do valor médio unitário dos pagamentos SLOD (43,3%), de 2.983.289 euros em 2001 para 1.691.541 euros em 2002 (cf. Quadro I.1). A evolução referida reflecte-se também nos valores das médias diárias, que aumentaram obrigatoriamente em volume e diminuíram em valor. No final de 2002, o SLOD tinha 143 participantes, comparando com 162 no final de 2001.

TARGET

No ano de 2002 foi apresentada uma nova *release* do TARGET, cujo arranque em produção nos diversos SLBTR que constituem o sistema ocorreu em 18 de Novembro, onde foram contempladas as seguintes alterações: introdução de novas validações em campos de mensagens já existentes e inclusão de alguns novos campos de detalhe nas mensagens de pagamento IL103 e IL202 passando, nomeadamente, a ser obrigatória a utilização genérica do IBAN (*International Bank Account Number*) nos campos 59 e 59A, de identificação do destinatário final dos fundos, no standard IL103+.

Perto do final do ano e na sequência de uma reflexão iniciada em anos anteriores, o Conselho de Governadores do Sistema Europeu de Bancos Centrais estabeleceu as bases orientadoras do que virá a ser, em princípio, a segunda geração do sistema TARGET. Essas bases estão expressas nos textos da Consulta Pública sobre o “TARGET2 - Princípios e Estrutura”, anunciada em 16 de Dezembro, para resposta pelas instituições até 25 de Abril de 2003. Aspectos referentes ao perímetro, actividade, características do serviço e interfaces do sistema, para além de questões associadas à gestão, financiamento, fixação de preços e, finalmente, planeamento do projecto, foram objecto de consulta, por forma a permitir a maior abrangência na ponderação das várias perspectivas existentes na EU sobre esta matéria.

Finalmente, releve-se que prosseguiram no SEBC, em 2002, os trabalhos referentes à

revisão do esquema de indemnização/reembolso face a falhas no serviço TARGET e à actualização da metodologia de análise de riscos, anteriormente iniciados.

Em 2002, o TARGET foi responsável pelo processamento de 59,23% dos pagamentos de importâncias avultadas em euros e por 85,2% do montante total, evidenciando assim um aumento relativamente aos dois anos anteriores (cf. Quadro II.7 e Gráfico II.5).

Ao longo de 2002, o TARGET esteve encerrado no dia de Ano Novo, Sexta-Feira Santa, segunda-feira a seguir à Páscoa, 1º de Maio (Dia do Trabalhador), dia de Natal e dia 26 de Dezembro, assim como aos sábados e domingos.

Também ao nível da utilização do TARGET, é de salientar o diálogo permanente entre o BCE e BCNs e os bancos participantes, tendo sido realizadas reuniões regulares com os grupos de utilizadores nacionais. Além disso, durante o ano de 2002 foram realizadas duas reuniões do Grupo de Contacto sobre a Estratégia dos Pagamentos em Euros (COGEPS), onde se inclui a discussão de algumas questões relacionadas com o TARGET. Estas reuniões permitem uma maior capacidade de resposta dos BCNs e do BCE às necessidades comerciais dos participantes no mercado.

Quadro II.7

Instruções de pagamento processadas pelo TARGET e outros sistemas de transferência de fundos interbancários de grande montante da zona euro

(Volume em milhares e Valor em mil milhões de EUR)

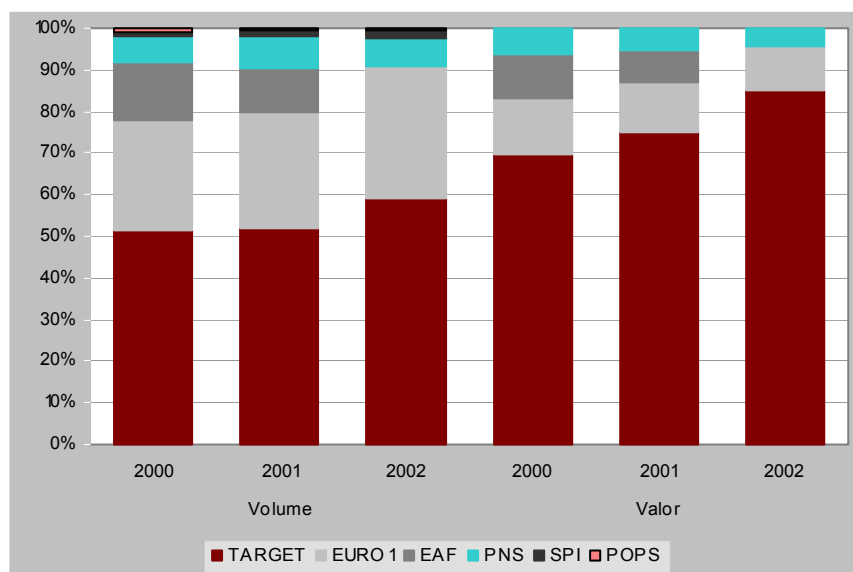
	2000		2001		2002	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
TARGET	47 980,0	263 291	53 665,6	330 030	64 519,0	395 636
<i>Domésticos</i>	37 811,1	153 253	42 166,2	201 428	50 785,3	271 914
<i>Transnacionais</i>	10 168,9	110 038	11 499,4	128 602	13 733,7	123 722
EURO 1	24 691,7	49 644	28 632,7	52 034	34 400,7	47 996
EAF	12 988,0	41 520	11 014,0	35 026	-	-
PNS	5 515,3	21 845	8 004,0	22 324	7 569,9	19 967
SPI	977,5	449	1 365,2	361	1 776,0	304
POPS	907,4	415	738,5	415	660,9	392
Total	93 059,9	377 164	103 419,9	440 190	108 926,4	464 294
<i>Média Diária</i>	365	1 479,1	407	1 733,0	427	1 820,8

O TARGET manteve-se, em 2002, como o sistema preferido de liquidação de grandes montantes, em Euros. Assim, em 2002, cerca de 85% dos valores e 50% das operações de grande montante, foram processados através deste sistema. De 2001 para 2002, todos os sistemas de transferências de fundos de grande montante na zona euro registaram crescimentos significativos no seu tráfego, com excepção do Pankkien On-line Pikasiirrot ja Sekit-järjestelmä (POPS) e do Paris Net

Settlement (PNS). Entretanto, o sistema híbrido Euro Access Frankfurt (EAF) foi encerrado em Novembro de 2001, aquando do lançamento do RTGS^{plus} pelo Deutsche Bundesbank. O RTGS^{plus} é a nova componente alemã do TARGET e constitui um passo importante para a consolidação da infra-estrutura dos sistemas de pagamentos de grande valor em euros.

Gráfico II.5

Instruções de pagamento processadas pelo TARGET e outros sistemas de transferência de fundos interbancários de grande montante da zona euro



Em 2002, foi processada uma média diária de 253.017 pagamentos no TARGET, com um valor de 1.551 mil milhões de euros. Estes números representam um aumento de cerca de 20,2% em termos de volume de pagamentos e de 19,88% em termos de valor, relativamente ao ano anterior. À semelhança do que acontece em Portugal desde o ano de 2002, o TARGET geral processa um maior número e valor de pagamentos domésticos do que transnacionais. Em 2002, os pagamentos transnacionais asseguraram 31,27% do tráfego total do TARGET em termos de valor e 21,29% em termos de volume, comparáveis com 39,0% e 21,4% em 2001, respectivamente.

O sistema EURO 1 da EBA, segundo na lista em termos de volume e valor dos pagamentos processados, registou também, face a 2001, um crescimento na ordem dos 20,1% em termos de quantidade, mas uma redução de 7,8% em termos de valor.

À semelhança do que acontece com o SPGT, também os participantes do TARGET submetem a grande maioria dos seus pagamentos no início do dia, contribuindo de forma significativa para o bom funcionamento do sistema e para a redução das situações de bloqueio no caso de pressões de liquidez em fim de dia.

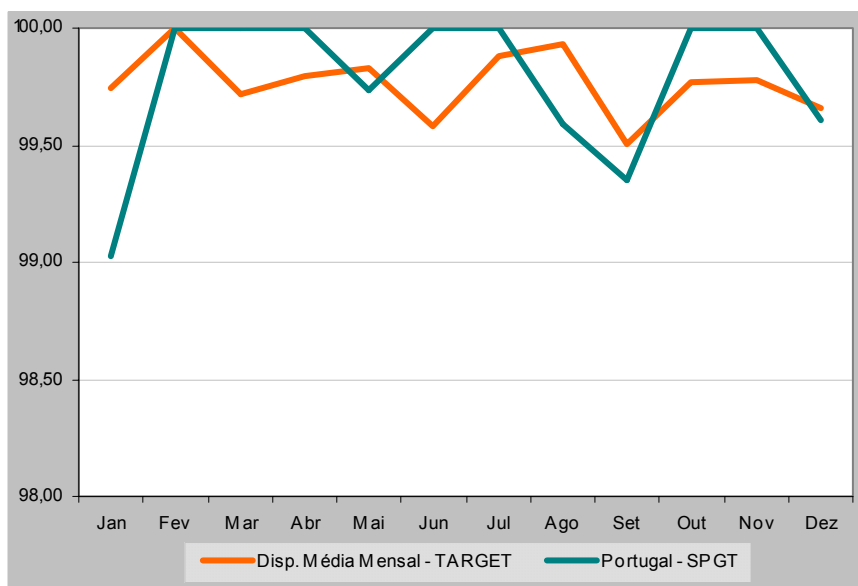
Em relação à disponibilidade de serviço, o sistema TARGET tem revelado globalmente uma tendência para uma melhoria nesse domínio (99,71% em 2000; 99,75% em 2001;

99,77% em 2002). A componente SPGT revelou, por seu lado, alguns problemas de disponibilidade em 2002, tendo sofrido uma ligeira quebra face ao nível de disponibilidade verificado nos anos imediatamente anteriores. Enquanto em 2000 e 2001 o SPGT verificou uma disponibilidade de serviço na ordem dos 99,87% e 99,93%, respectivamente (cf. Gráfico II.6), em 2002 a disponibilidade é idêntica à média do TARGET, ficando-se pelos 99,77%. O SPGT teve disponibilidade total em 7 meses de 2002, tendo ficado abaixo da disponibilidade média mensal em cinco meses (Janeiro, Maio, Agosto, Setembro e Dezembro).

A análise da disponibilidade de serviço dos outros RTGS⁴ permite concluir que o SPGT ocupou em 2002 uma posição, em termos de disponibilidade de serviço, igual à média geral do TARGET que foi igualmente de 99,77%. A maior parte dos incidentes foi causada por bloqueios de recursos nos SIC (Sistema de Informação Central). O BP e a SIBS efectuaram ainda um redesenho das mensagens de adendas dos pagamentos transnacionais com o objectivo primordial de aumentar a eficiência dos fluxos de mensagens domésticas.

⁴ Sigla que em inglês corresponde à designação *Real Time Gross Settlement Systems*, ou, na designação portuguesa, Sistemas de Liquidação por Bruto em Tempo Real (SLBTR).

Gráfico II.6
Disponibilidade de serviço SPGT e TARGET comparada



Para além dos 15 Sistemas de Liquidação por Bruto em Tempo Real (SLBTR), o sistema TARGET inclui também a componente de pagamentos do BCE, o ECB Payment Mechanism - EPM (cf. Quadro II.8).

O SLBTR da Alemanha destaca-se pelo volume e valor dos pagamentos transnacionais envolvidos. Em 2002, o RTGS^{plus} foi responsável por 31,3% do volume total de pagamentos transnacionais processados e por 26,7% do seu montante.

Os SLBTRs da França (TBF), da Itália (BI-REL) e do Reino Unido (CHAPS Euro) assumem também um papel especial neste contexto, tendo assegurado 12,02%, 11,46% e 17,74%, respectivamente, do tráfego total de pagamentos transnacionais em termos de volume.

O sistema português SPGT processou 270,6 mil pagamentos transnacionais de um total de

13.733,7 milhares, correspondendo a 1.051 mil milhões de euros, num total de 123.720 mil milhões de euros. Face a 2001, o SPGT verificou um crescimento de cerca de 17% no volume e 7,7% no valor dos pagamentos transnacionais, ocupando em 2002 a 10^a posição em termos de número e a última posição em termos de valor.

Em 2002, e relativamente a 2001, o BCE - EPM foi o sistema que registou o maior crescimento no volume (108,5%) de pagamentos processados. No entanto, no que respeita ao valor, foi o KRONOS da Dinamarca que obteve um aumento mais significativo (36,1%).

À semelhança do que acontece com os pagamentos transnacionais do SPGT, também os pagamentos transnacionais do TARGET se repartem em pagamentos interbancários, pagamentos por conta de clientes e pagamentos entre BCNs (cf. Quadro II.9).

Quadro II.8

Pagamentos transnacionais enviados por cada SLBTR participante ou ligado ao TARGET

(Volume em milhares e Valor em mil milhões de EUR)

	2001		2002		Variação	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume (%)	Valor (%)
Bélgica - ELLIPS	940,7	10 185	873,3	9 495	-7,2	-6,8
Alemanha - RTGSplus	3 737,7	33 282	4 297,2	32 966	15,0	-0,9
Espanha - SLBE	312,4	4 966	441,5	4 546	41,3	-8,5
França - TBF	1 348,6	19 108	1 650,2	17 578	22,4	-8,0
Irlanda - IRIS	236,9	1 537	268,4	1 798	13,3	16,9
Itália - BI-REL	1 354,8	9 963	1 574,1	8 795	16,2	-11,7
Luxemburgo - LIPS-GROSS	231,9	3 204	265,8	3 197	14,6	-0,2
Holanda - TOP	507,8	11 868	561,3	11 480	10,5	-3,3
Áustria - ARTIS	435,9	2 519	463,4	2 468	6,3	-2,0
Portugal - SPGT	231,3	976	270,6	1 051	17,0	7,7
Finlândia - BOF	104,4	1 270	117,4	1 257	12,5	-1,0
BCE - EPM	15,5	2 705	32,3	2 932	108,5	8,4
Dinamarca - KRONOS	99,7	1 370	98,9	1 864	-0,8	36,1
Grécia - HERMES euro	224,	1 041	308,6	1 258	37,7	20,8
Suécia - Euro RIX	66,1	1 434	74,5	1 385	12,6	-3,4
Reino Unido - CHAPS Euro	1 651,7	23 174	2 436,4	21 649	47,5	-6,6
Total	11 499,3	128 602	13 733,7	123 720	19,4	-3,8

Dos pagamentos transnacionais do TARGET em 2002, 95,69% em termos de valor, e 54,11% em termos de volume corresponderam a transacções interbancárias. Em volume, o restante foi dividido entre pagamentos de

clientes (45,83%) e transferências inter-BCNs (0,06%). O valor médio dos pagamentos interbancários foi de 15,9 milhões de euros e o valor médio dos pagamentos por conta de clientes foi de 0,8 milhões de euros.

Quadro II.9

Pagamentos transnacionais no TARGET

(Volume em milhares e Valor em mil milhões de EUR)

	Ano 2001		Ano 2002		Variação (%)	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
Interbancárias	6 983	123 966,0	7 431	118 386,6	6,4	-4,5
Clientes	4 506	4 518,7	6 294	5 286,5	39,7	17,0
Inter-BCNs	10	117,9	8	47,0	-20,3	-60,1
Total	11 499	128 602,6	13 733	123 720,1	19,4	-3,8
<i>Média Diária</i>	<i>45</i>	<i>506,3</i>	<i>54</i>	<i>485,2</i>	<i>19,0</i>	<i>-4,2</i>

O crescimento registado nos volumes de operações cross-border processadas resulta principalmente de um crescimento significativo dos pagamentos de clientes (aproximadamente 39,7%), cuja importância relativa é cada vez mais relevante. É, assim, de referir que em cinco dos dezasseis sistemas que actualmente compõem o TARGET (ELLIPS, CHAPS, HERMES, BI-REL e SPGT) as operações de cross-border de cliente representam já mais de 50% das

operações processadas, muito embora, em termos de valor a sua importância seja muito reduzida (não ultrapassando os 6,1%) (cf. Quadro II.10). A evolução registada resulta em grande medida da progressiva migração dos pagamentos comerciais para o TARGET em detrimento do tradicional sistema de bancos correspondentes, na falta de um sistema pan-europeu para transacções de retalho.

Quadro II.10

Pagamentos transnacionais no TARGET por Sistema RTGS

(Volume em milhares e Valor em mil milhões de EUR)

Sistema	Ano 2002		Peso Relativo (%)		Sistema	Ano 2002		Peso Relativo (%)	
	Volume	Valor	Volume	Valor		Volume	Valor	Volume	Valor
Artis					CHAPS				
(Austria) Clientes	53 386	132,4	11,5	5,4	(Reino Unido) Clientes	1316 831	1 312,2	54,0	6,1
Interbancárias	409 534	2 334,8	88,4	94,6	Interbancárias	1119 599	20 337,1	46,0	93,9
Inter-BCNs	467	0,9	0,1	0,0	Inter-BCNs	8	0,0	0,0	0,0
	463 387	2 468,1				2436 438	21 649,2		
ELLIPS					HERMES				
(Bélgica) Clientes	442 706	435,2	50,7	4,6	(Grécia) Clientes	212 446	7,5	68,9	0,6
Interbancárias	428 472	9 050,9	49,1	95,3	Interbancárias	95 826	1 249,7	31,1	99,3
Inter-BCNs	2 083	8,6	0,2	0,1	Inter-BCNs	288	0,9	0,1	0,1
	873 261	9 494,7				308 560	1 258,1		
RTGSplus					IRIS				
(Alemanha) Clientes	1842 570	1 262,1	42,9	3,8	(Irlanda) Clientes	112 241	165,0	41,8	9,2
Interbancárias	2453 351	31 700,5	57,1	96,2	Interbancárias	156 128	1 632,6	58,2	90,8
Inter-BCNs	1 241	3,4	0,0	0,0	Inter-BCNs	2	0,0	0,0	0,0
	4297 162	32 966,0				268 371	1 797,7		
KRONOS					BI-REL				
(Dinamarca) Clientes	7 772	7,6	7,9	0,4	(Itália) Clientes	927 838	150,8	58,9	1,7
Interbancárias	91 112	1 856,8	92,1	99,6	Interbancárias	645 167	8 632,8	41,0	98,2
Inter-BCNs	0	0,0	0,0	0,0	Inter-BCNs	1 101	11,1	0,1	0,1
	98 884	1 864,4				1574 106	8 794,6		
SLBE					LIPS-Gross				
(Espanha) Clientes	208 371	114,2	47,2	2,5	(Luxemburgo) Clientes	82 966	76,9	31,2	2,4
Interbancárias	232 273	4 429,9	52,6	97,5	Interbancárias	182 791	3 120,4	68,8	97,6
Inter-BCNs	846	1,6	0,2	0,0	Inter-BCNs	0	0,0	0,0	0,0
	441 490	4 545,8				265 757	3 197,3		
EPM					TOP				
(BCE) Clientes	4 223	0,1	13,1	0,0	(Holanda) Clientes	142 666	615,7	25,4	5,4
Interbancárias	27 768	2 925,1	85,9	99,7	Interbancárias	418 022	10 860,4	74,5	94,6
Inter-BCNs	336	7,3	1,0	0,2	Inter-BCNs	582	4,1	0,1	0,0
	32 327	2 932,5				561 270	11 480,2		
BOF					SPGT				
(Finlândia) Clientes	28 722	60,0	24,5	4,8	(Portugal) Clientes	168 307	23,7	62,2	2,3
Interbancárias	88 362	1 197,2	75,3	95,2	Interbancárias	102 079	1 026,7	37,7	97,7
Inter-BCNs	298	0,2	0,3	0,0	Inter-BCNs	247	0,5	0,1	0,1
	117 382	1 257,4				270 633	1 051,0		
TBF					RIX				
(França) Clientes	735 709	891,7	44,6	5,1	(Suécia) Clientes	7 255	31,3	9,7	2,3
Interbancárias	913 508	16 677,7	55,4	94,9	Interbancárias	67 241	1 353,9	90,3	97,7
Inter-BCNs	944	8,4	0,1	0,0	Inter-BCNs	0	0,0	0,0	0,0
	1650 161	17 577,8				74 496	1 385,2		

Assim, facilmente se denotam duas tendências significativas ao nível do TARGET:

- o constante crescimento da utilização do TARGET para a realização de pagamentos de clientes cross-border;
- a queda dos valores dos pagamentos cross-border, como resultado da

redução do valor diário dos pagamentos interbancários.

Estabelecendo uma comparação com o SLBTR português, é de referir que os pagamentos por conta de clientes têm um peso menor no sistema TARGET do que no SPGT.

Caixa 2

Sistema de Informação do TARGET (TIS)

O TIS é uma ferramenta de informação, cujo arranque decorreu a 23 de Outubro de 2000, que permite a todos os participantes no TARGET, obter informação imediata e normalizada, relativa ao estado operacional do sistema.

O TIS fornece informação actualizada relativa às componentes nacionais do TARGET, mostrando aos utilizadores se o sistema está totalmente operacional, e, caso contrário, identificando quais as componentes em falta e apresentando uma estimativa de tempo para a resolução do problema. Este sistema é fornecido adicionalmente aos canais de comunicação já existentes a nível nacional. A informação é introduzida pelo BCE, e simultaneamente divulgada pela Reuters, Telerate/Bridge and Bloomberg. Assim, a

informação está acessível aos participantes no TARGET que tenham acesso a estes serviços de informação.

O Eurosistema encontra-se actualmente a rever o TIS tendo em conta, quer as opiniões e solicitação recebidas da comunidade bancária europeia, quer a experiência adquirida ao longo destes dois anos de funcionamento. Conforme a prática habitual, eventuais alterações ao TIS, serão anunciadas aos utilizadores do TARGET com a devida antecedência, utilizando os canais de comunicação estabelecidos.

Caixa 3

Calendário Permanente do TARGET – Decidido em 2002

A definição dos dias de encerramento do TARGET determina as datas-valor do Euro nos mercados financeiros. Estes dias não são dias de liquidação no mercado monetário do Euro nem para operações cambiais envolvendo o Euro; os Bancos Centrais não disponibilizam as “standing facilities”, e a EONIA não é publicada. No que respeita ao Modelo do Banco Central Correspondente (CCBM) para o uso de colateral cross-border, o mesmo encontra-se encerrado nestes dias.

No dia 14 de Dezembro de 2000, o Concelho de Governadores decidiu estabelecer um calendário permanente que deveria ser aplicado a partir de 2002, até decisão em contrário. A definição de tal calendário tornou-se necessária devido às frequentes

alterações efectuadas e ao facto de um calendário anual introduzir incerteza nos mercados financeiros. Assim, o TARGET encontra-se encerrado, para além dos Sábados e dos Domingos, no dia de Ano Novo, Sexta-Feira Santa, Segunda-Feira de Páscoa, 1 de Maio (Dia do Trabalhador), Dia de Natal e 26 de Dezembro. Nestes dias o sistema TARGET está encerrado, incluindo todas as suas componentes nacionais (i.e. todos os RTGS nacionais).

SISTEMA DE COMPENSAÇÃO INTERBANCÁRIA (SICOI)

Capítulo III

SICOI

No ano de 2002, o Sistema de Compensação Interbancária (SICOI) manteve a tendência de aumento nas quantidades de operações processadas, registando-se, no entanto, uma significativa redução nos montantes processados por compensação.

Em termos globais, foram processadas 1.188,41 milhões de operações no âmbito do Sistema de Compensação Interbancária, no valor de 308.465,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 8,0% em termos de volume e uma redução de 14,5% em termos de valor.

O movimento do SICOI revela um decréscimo dos Cheques e dos Efeitos, e um incremento das Transferências Electrónicas Interbancárias, dos Débitos Directos e do Multibanco (cf. Quadro III.1), confirmando a intensificação do uso dos meios electrónicos e a redução na utilização dos instrumentos baseados em papel. O aumento de volume em 8,0% ficou a dever-se sobretudo ao aumento das operações processadas através das TEI (crescimento de 20,8%), do Multibanco (11,2%) e dos Débitos Directos (220,2%), que

compensaram as quedas registadas nos Cheques (-7,9%) e nos Efeitos (-4,9%). No que respeita ao valor de operações processadas através do SICOI, apenas o Subsistema de Débitos Directos e o Multibanco registaram uma evolução positiva, sendo, no entanto, significativamente superada pela redução registada nos restantes subsistemas.

Conforme o referido anteriormente, a quebra de 14,5% registada nos valores cobrados através do SICOI deveu-se, em grande medida, à redução do montante a partir do qual as operações são obrigatoriamente processadas através do SPGT (sistema através do qual são liquidadas individualmente em vez de o serem por compensação). Assim, com o encaminhamento de mais operações de grande montante (acima de 100 mil euros em vez de 500 mil euros) para liquidação no SPGT, anteriormente processadas através do SICOI, os montantes totais compensados neste último sofreram uma natural e significativa redução.

Quadro III.1

Movimento global do Sistema de Compensação Interbancária (SICOI)

(Volume em milhões e Valor em milhões de EUR)

	Ano 2001		Ano 2002		Variação (%)	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
Compensação	1 100,626	360 955,6	1 188,405	308 465,7	8,0	-14,5
CHEQUES	229,027	262 798,56	210,843	215 300,7	-7,9	-18,1
Truncados	222,031	106 753,8	206,272	116 152,5	-7,1	8,8
Não Truncados	6,996	156 044,8	4,571	99 148,2	-34,7	-36,5
Outros	871,599	98 157,0	977,562	93 165,0	12,2	-5,1
EFEITOS	5,854	4 582,7	5,569	4 150,4	-4,9	-9,4
TEI	25,370	58 581,7	30,646	48 337,4	20,8	-17,5
MULTIBANCO	839,919	34 818,3	939,969	40 243,6	11,9	15,6
DÉBITOS DIRECTOS	0,456	174,3	1,378	433,6	202,2	148,8
<i>Média Diária</i>	<i>4,456</i>	<i>1461,359</i>	<i>4,773</i>	<i>1 238,8</i>	<i>7,1</i>	<i>-15,2</i>

Os subsistemas de Cheques e TEI foram aqueles que maior contributo tiveram para o referido decréscimo, uma vez que os dois em conjunto representam aproximadamente 86% dos montantes processados através do SICOI, tendo ambos registado uma redução superior a 17%.

No que respeita à análise dos documentos apresentados e devolvidos no SICOI, é de salientar um aumento (6,8%) da quantidade de documentos devolvidos, face ao ano anterior (cf. Quadro III.2). Este aumento do número de documentos devolvidos para 1,65 milhões em 2002 foi quase totalmente justificado pelo aumento das devoluções de débitos directos. No entanto, deverá ser chamada a atenção para o facto da taxa de crescimento das devoluções de débitos directos ser inferior à das apresentações, o que demonstra uma evolução positiva nas taxas de cobrança deste sistema.

A devolução de cheques representa cerca de 92,56% da totalidade de documentos devolvidos, sendo que os restantes são 1,64% de TEIs e 5,8% de débitos directos (cf. Gráfico III.1). O valor envolvido nas devoluções do SICOI ascende a 3.410,6 milhões de euros (o que representa uma redução de 0,3% relativamente a 2001), sendo que os cheques asseguram também uma parte substancial (3.232,0 milhões de euros) desse montante.

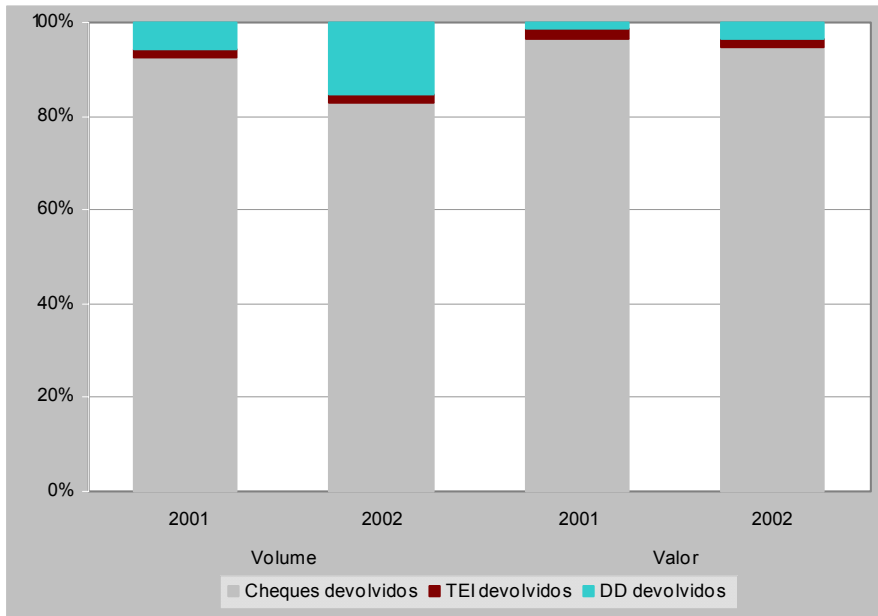
Contrariamente aos devolvidos, os documentos apresentados registaram um decréscimo de 8% em volume, quando comparados com o ano 2001. Também aqui os cheques desempenham um papel importante, pois este foi o subsistema que apresentou uma maior redução dos documentos apresentados, sendo apenas acompanhado pelos efeitos. As TEIs, o Multibanco e os débitos directos apresentados evidenciaram crescimentos fortes em volume.

Quadro III.2**Documentos apresentados e devolvidos no Sistema de Compensação Interbancária (SICOI)***(Volume em milhões e Valor em milhões de EUR)*

	Ano 2001		Ano 2002		Variação (%)	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
SICOI						
Apresentados	1 100,626	360 955,6	1 188,406	308 465,8	8,0	-14,5
Devolvidos	1,545	3 422,4	1,649	3 410,6	6,8	-0,3
CHEQUES						
Apresentados	229,027	262 798,6	210,843	215 300,7	-7,9	-18,1
Devolvidos	1,430	3 232,0	1,367	3 232,0	-4,4	-2,2
EFEITOS						
Apresentados	5,854	4 582,7	5,569	4 150,4	-4,9	-9,4
TEI						
Apresentados	25,370	58 581,7	30,646	48 337,4	20,8	-17,5
Devolvidos	0,025	75,6	0,027	51,9	6,7	-31,4
DÉBITOS DIRECTOS						
Apresentados	0,456	174,3	1,378	433,6	202,3	148,8
Devolvidos	0,090	40,8	0,256	126,7	185,5	210,3
MULTIBANCO						
Apresentados	839,919	34 818,3	939,969	40 243,6	11,9	15,6

Gráfico III.1

SICOI – Cheques, TEIs e Débitos Directos devolvidos



CHEQUES

Ao longo do ano de 2002, e relativamente ao ano anterior, o número de cheques processados registou um decréscimo de 7,9%, correspondendo também a uma diminuição de 18,1% no seu montante global (cf. Quadro III.3). Este facto confirma a maior utilização dos instrumentos de pagamento electrónicos (cartões de pagamento e transferências) em detrimento dos tradicionais instrumentos em suporte papel.

No entanto, os cheques continuam a assegurar uma parte significativa das operações do SICOI, quer em termos de volume (17,75% em 2002 contra 20,81% em 2001) quer em termos de valor (69,8% em 2002 face a 72,8% em 2001), sendo ainda o meio de pagamento mais significativo em termos de valor processado.

No ano de 2002, foram processados 210,843 milhões de cheques no valor global de 215.300,7 milhões de euros (com uma média diária de, aproximadamente, 854 mil cheques e 871,7 milhões de euros).

É de notar que, no que respeita ao subsistema de compensação de cheques e de documentos afins, a diminuição registada em 2002, terá sido, de alguma forma, limitada

pela integração, a partir de 11 de Outubro, dos Vales de Correio Nacionais neste subsistema. Aqueles documentos que até então não eram compensados, sendo a cobrança feita directamente pelos bancos tomadores junto dos CTT, representam actualmente cerca de 4% das operações processadas através do subsistema de compensação de cheques.

Em 2002, cerca de 97,8% dos cheques processados ficaram truncados na instituição tomadora. De salientar que esta percentagem representa uma subida relativamente ao ano anterior (96,9% em 2001), justificada pela retirada dos códigos "Tipo de Documentos" denominados em Escudos, onde se encontravam ainda cheques sem linha óptica protegida que eram obrigatoriamente não truncados. Os 4,57 milhões de cheques não truncados, processados em 2002, ascenderam a 99.148,2 milhões de euros e representam os restantes 2,2% (cf. Gráfico III.2).

Quadro III.3

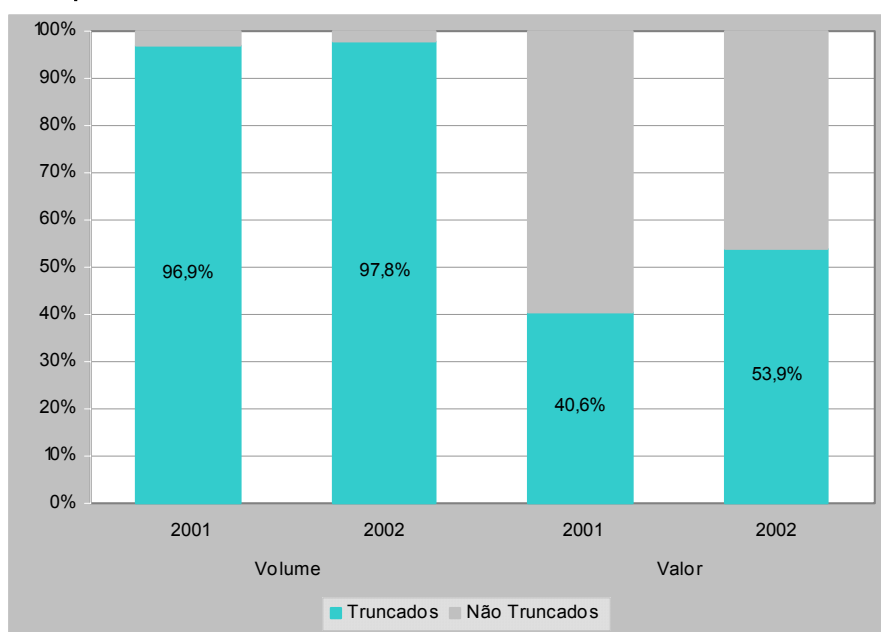
Cheques Truncados e Não Truncados

(Volume em milhões e Valor em milhões de EUR)

	Ano 2001		Ano 2002		Variação (%)	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
CHEQUES	229,027	262 798,6	210,843	215 300,7	-7,9	-18,1
Truncados	222,031	106 753,8	206,272	116 152,5	-7,1	8,8
Não Truncados	6,996	156 044,8	4,571	99 148,2	-34,7	-36,5
<i>Média Diária</i>	<i>0,927</i>	<i>1 064,0</i>	<i>0,847</i>	<i>864,7</i>	<i>-8,7</i>	<i>-18,7</i>

Gráfico III.2

Cheques Truncados e Não Truncados



As devoluções de cheques sofreram uma ligeira redução no ano de 2002, aproximando-se dos 1,37 milhões de cheques devolvidos, o que representa uma redução de aproximadamente 4,3%. De notar que a redução do número de devoluções não acompanhou percentualmente a redução do número de cheques apresentados o que significa um aumento do número relativo de devoluções. No ano de 2002, tal como nos anteriores, o motivo de devolução mais utilizado, com uma representatividade de 82,1%, foi falta ou insuficiência de provisão (cf. Quadro III.5). A segunda causa de devolução mais apontada foi a revogação por justa causa resultante de extravio, sendo responsável por cerca de 90 mil cheques devolvidos (6,58% do total). Na sua globalidade, o volume de cheques devolvidos decresceu 4,3% relativamente ao ano anterior, embora o padrão se tenha mantido pois os motivos referidos anteriormente

foram responsáveis por percentagens de devoluções similares entre os dois anos.

Neste âmbito, no final de 2002, a listagem de utilizadores de cheque que oferecem risco integrava 132.921 entidades. Este número representa um acréscimo, relativamente ao ano anterior, de 3,2%, menor que a variação homóloga de 2001, onde se verificou um incremento de 7,8%.

O número de entidades que entraram na listagem em 2002 atingiu as 84.405, o que representa uma redução de 3% relativamente ao movimento de entradas ocorrido no ano de 2001.

No exercício dos poderes conferidos ao Banco de Portugal pelo regime jurídico do cheque sem provisão, através da instrução de processo próprio, os nomes e denominações sociais de 16.064 entidades foram removidos da mencionada listagem de utilizadores de

cheque que oferecem risco, depois de verificada a existência de circunstâncias que justificaram a necessidade de utilizar este instrumento de pagamento. Em face da demonstração de alheamento permitida por

lei ou de lapso das instituições de crédito foi anulada a inclusão de 9.690 utilizadores. Deixaram ainda de constar por decurso do prazo máximo de permanência (2 anos) 53.924 entidades.

Quadro III.4

Cheques devolvidos por motivo de devolução

(Volume em unidades)

	Motivo de Devolução	Volume		Variação (%)
		Ano 2001	Ano 2002	
Devoluções pelo Sacado	Falta de requisito principal	2 298	2 766	20,4
	Saque irregular	3 865	2 356	-39,0
	Endosso irregular	3 451	2 200	-36,3
	Cheque revogado por justa causa - furto	14 974	14 230	-5,0
	Cheque revogado por justa causa - roubo	7 516	7 723	2,8
	Cheque revogado por justa causa - extravio	102 978	90 078	-12,5
	Revogado por justa causa - coacção moral	813	811	-0,2
	Incapacidade Acidental	304	290	-4,6
	Revogado justa causa - falta/vício form. vontade	14 747	21 820	48,0
	Cheque revogado - apresentação fora de prazo	2 142	1 552	-27,5
	Cheque apresentado fora de prazo	14 438	18 899	30,9
	Conta bloqueada	20 414	16 468	-19,3
	Conta suspensa	448	227	-49,3
	Conta encerrada	15 211	3 264	-78,5
	Falta ou insuficiência de provisão	1 162 775	1 123 660	-3,4
	Mau encaminhamento	1 531	1 526	-0,3
	Número de conta inexistente	1 094	437	-60,1
	Número de cheque inexistente	7 726	15 564	101,4
	Erro nos dados	4 974	3 282	-34,0
Importância incorrectamente indicada	6 076	5 601	-7,8	
Falta de entrega do cheque	2 871	2 033	-29,2	
Registo duplicado	9 929	2 728	-72,5	
Falta de carimbo/referência de apresentação	54	57	5,6	
Cheque viciado	103	90	-12,6	
Devolução a pedido do banco tomador	10 275	9 901	-3,6	
Motivos diversos	365		-100,0	
Não compensável por divergência de denominação	122	216	77,0	
Não compensável por excesso de devoluções	422	492	16,6	
Não compensável por existência de <i>along</i>	18	4	-77,8	
Devoluções pelo Tomador	Motivo de devolução inválido	13 600	18 299	34,6
	Mau encaminhamento	398	188	-52,8
	Falta de entrega do cheque	492	263	-46,5
	Registo duplicado	953	299	-68,6
	Devolução fora de prazo	2 619	1 498	-42,8
	Total	1 429 996	1 368 822	-4,3

Analisando os dados disponíveis para 2002 numa perspectiva mensal (cf. Quadro III.5), é possível concluir que, em média, foram apresentados para compensação 17,57

milhões de cheques por mês num montante médio de 17.941,7 milhões de euros. No ano 2001, a média mensal verificada tinha sido de 19 milhões de cheques apresentados,

evidenciando assim um decréscimo assinalável. Adicionalmente, o Gráfico III.3 apresenta uma comparação entre os cheques apresentados mensalmente para compensação nos anos de 2001 e 2002. Esta representação gráfica permite observar que, em 2002 e relativamente ao ano anterior, existiu um decréscimo nos cheques

apresentados em praticamente todos os meses, com a exceção do mês de Abril, com uma pequena subida de 1,84%. De notar ainda que, no que respeita ao número de cheques apresentados, nos meses de Janeiro, Março, Maio, Junho, Agosto e Novembro, foram registadas, face ao ano anterior, diminuições superiores a 10 %.

Quadro III.5

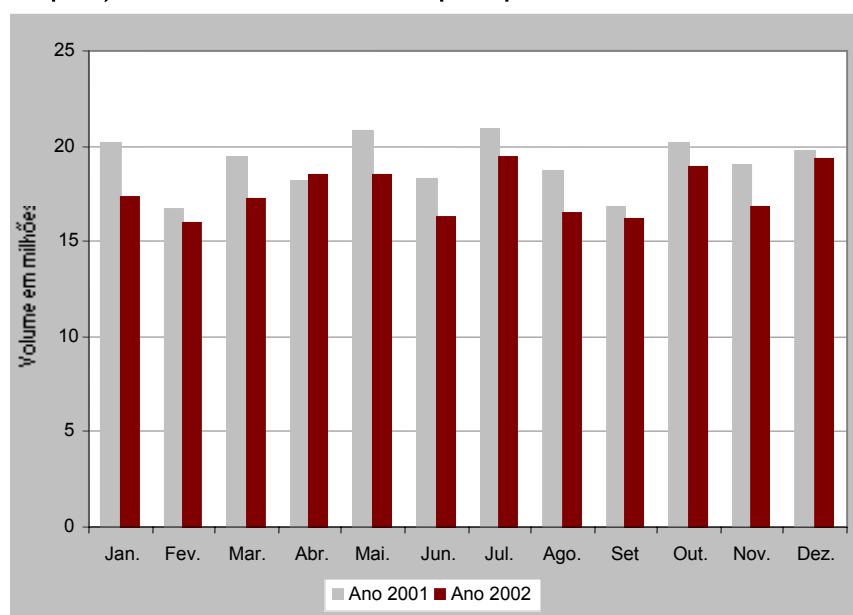
Dados mensais sobre os cheques apresentados e devolvidos

(Volume em milhões e Valor em milhões de EUR)

Meses - 2002	Apresentados		Devolvidos	
	Volume	Valor	Volume	Valor
Janeiro	17,286	22 260,6	0,137	383,2
Fevereiro	15,969	15 862,9	0,086	199,0
Março	17,269	16 807,4	0,100	235,7
Abril	18,479	17 656,2	0,112	260,5
Maio	18,449	18 319,5	0,124	277,9
Junho	16,304	16 374,0	0,116	266,5
Julho	19,394	19 664,9	0,124	297,2
Agosto	16,503	17 166,6	0,107	241,7
Setembro	16,146	17 142,9	0,100	231,7
Outubro	18,879	18 948,8	0,124	291,8
Novembro	16,853	16 563,3	0,117	272,0
Dezembro	19,312	18 533,7	0,119	274,8
Total	210,843	215 300,7	1,367	3 232,0

Gráfico III.3

Comparação mensal do volume de cheques apresentados



EFEITOS

Os efeitos asseguraram apenas 0,47% do volume de operações efectuadas no âmbito do SICOI, correspondendo a 1,35% em termos de valor, não registando uma alteração assinalável face ao ano de 2001. No ano de 2002 foram processados 5,57 milhões de efeitos, com um montante total de 4.150,4 milhões de euros. Estes números traduzem reduções de 4,9% e de 9,4% comparando com o ano anterior, respectivamente.

Conforme demonstrado pelo Quadro III.6, 80,08% dos efeitos compensados durante o ano de 2002 foram classificados como recibos. Este tipo de efeito assegurou 4,460 milhões dos 5,57 milhões de efeitos compensados, tendo, no entanto, registado uma queda de 2,9% face ao ano anterior. Em termos de montante, os recibos ascenderam a 971,4 milhões de euros, comparável com mil milhões de euros em 2001. Através do gráfico III.4, é possível constatar que o segundo tipo de efeito com maior volume de movimentos é a letra. As letras apresentam, porém, o maior valor: as 664 mil letras atingiram um valor de 2.895,8 milhões de euros, o que representa, no entanto, decréscimos de 17,6% e de 13,0%

face ao ano anterior, respectivamente. Com um peso relativo quase irrisório aparecem os restantes tipos de efeitos, representando os extractos de factura apenas 0.001% do total.

Quanto ao tipo de carteira (cf. Quadro III.7), a grande maioria dos efeitos processados em 2002 (88,77%) foram cobranças domésticas. Com um peso relativo ainda significativo, temos os efeitos cobrados por desconto que representam aproximadamente 11,08%. Por oposição, as cobranças simples do exterior com despesas irrecusáveis representaram uma parte quase negligenciável (0,01%) do total de efeitos compensados.

A análise da evolução mensal dos efeitos (cf. Quadro III.8 e Gráfico III.5) evidencia que, nos meses de Abril, Julho, Setembro e Dezembro, o número de efeitos processados em 2002 é superior ao processado em 2001. Pelo contrário, nos restantes meses, o volume de efeitos processados em 2002 é inferior ao verificado no ano anterior.

Quadro III.6

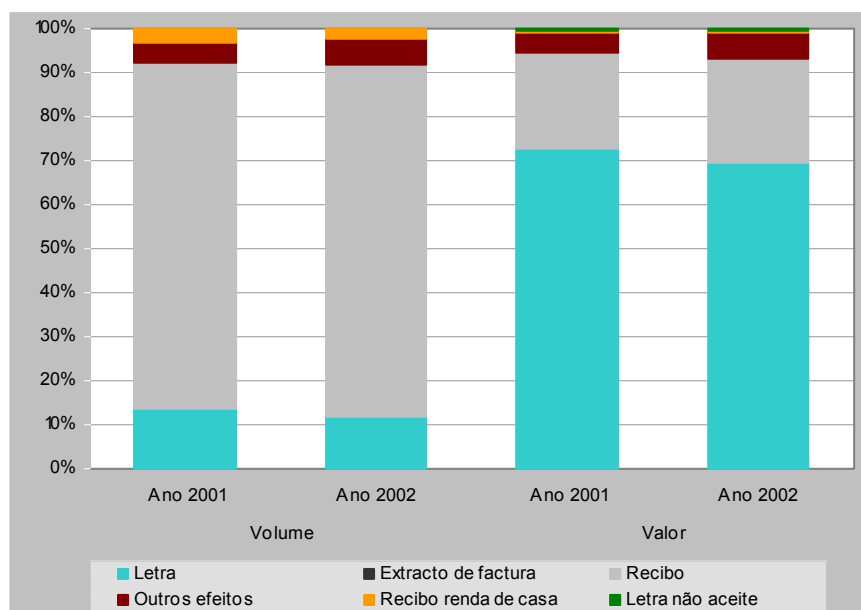
Efeitos, por tipo de efeito

(Volume em milhões e Valor em milhões de EUR)

	Ano 2001		Ano 2002		Variação (%)	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
EFEITOS	5,854	4 582,7	5,569	4 150,4	-4,9	-9,4
Letra	0,805	3 328,6	0,664	2 895,8	-17,6	-13,0
Extracto de factura	0,000	0,4	0,000	0,1	-73,3	-88,0
Recibo	4,594	1 000,0	4,460	971,4	-2,9	-2,9
Outros efeitos	0,266	219,2	0,312	237,1	17,5	8,2
Recibo renda de casa	0,179	23,5	0,120	18,8	-32,6	-20,1
Letra não aceite	0,010	10,9	0,012	27,4	28,1	150,8
<i>Média Diária</i>	<i>0,024</i>	<i>18,6</i>	<i>0,022</i>	<i>16,7</i>	<i>-5,6</i>	<i>-10,2</i>

Gráfico III.4

Efeitos, por tipo de efeito



Quadro III.7

Efeitos, por tipo de carteira em 2002

(Volume em milhões e Valor em milhões de EUR)

	Ano 2002	
	Volume	Valor
EFEITOS	5,569	4 150,4
Desconto	0,617	2 723,7
Cobrança doméstica	4,944	1 401,3
Cobrança do exterior c/ despesas recusáveis	0,008	22,1
Cobrança do exterior c/ despesas irrecusáveis	0,001	3,4
Outros	-	-
<i>Média Diária</i>	<i>0,022</i>	<i>16,7</i>

Quadro III.8

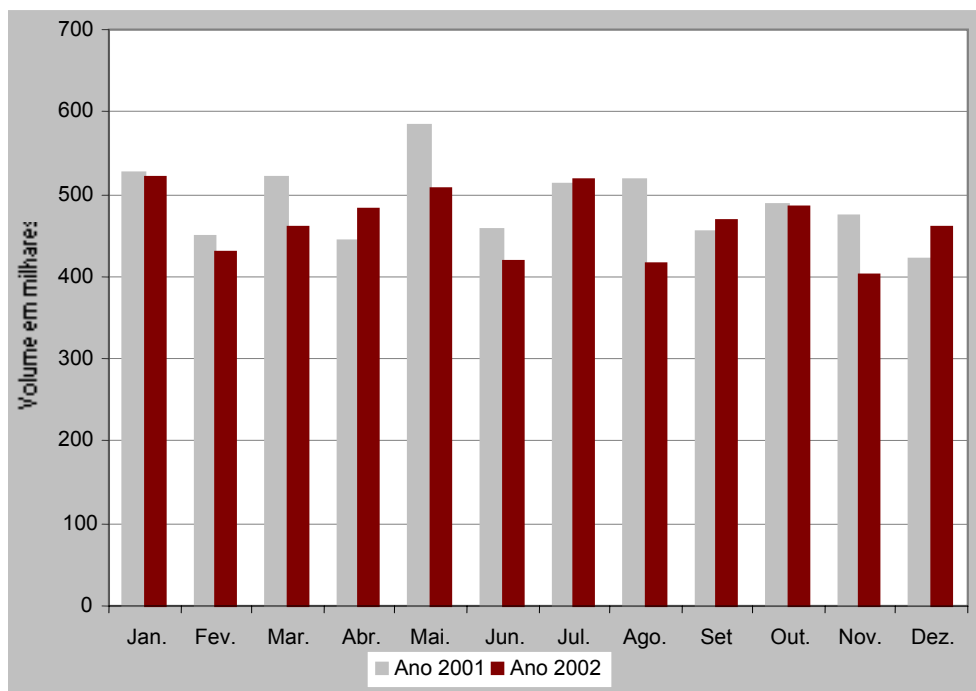
Dados mensais sobre os efeitos

(Volume em milhões e Valor em milhões de EUR)

Meses - 2002	Apresentados	
	Volume	Valor
Janeiro	0,520	434,4
Fevereiro	0,430	355,7
Março	0,462	346,8
Abril	0,483	346,8
Maio	0,507	355,6
Junho	0,420	329,9
Julho	0,517	354,4
Agosto	0,415	307,7
Setembro	0,468	321,9
Outubro	0,484	362,0
Novembro	0,402	308,4
Dezembro	0,461	326,9
Total	5,569	4 150,4

Gráfico III.5

Comparação mensal do volume de efeitos



TRANSFERÊNCIAS ELECTRÓNICAS INTERBANCÁRIAS (TEIs)

Durante o ano de 2002, as TEIs garantiram 2,58% do volume global do SICOI e 15,67% do seu valor. Estas percentagens representam, face ao ano de 2001, um ligeiro acréscimo do peso relativo do volume de TEIs processado, e uma diminuição dos valores liquidados.

As TEIs compensadas registaram em 2002 uma evolução bastante diferente do habitual, como resulta da leitura do Quadro III.1, traduzido no crescimento de 20,8% em volume e pela diminuição de 17,5% em valor. De notar que os movimentos opostos, observados em 2002, entre o volume das operações e o seu valor global, resultam, na sua quase totalidade e conforme o já referido anteriormente, da alteração do limite a partir do qual as operações têm de ser processadas através do SPGT.

Em média, foram processadas diariamente 123,08 mil transferências electrónicas interbancárias, num valor de 194,1 milhões

de euros. Além disso, 95,98% das TEIs compensadas durante o ano de 2002 tinham um valor unitário compreendido entre zero e cinco mil euros, isto é, pertenciam ao primeiro escalão de valor. De facto, nos primeiros quatro escalões de valor (entre zero e cem mil euros) estão 99,97% do volume e 95,79% do valor global das TEIs (cf. Quadro III.10). É importante referir que em 2001 o valor das operações até cem mil euros representavam apenas cerca de 63% dos valores compensados através das TEIs. Assim, com a alteração, a partir de Fevereiro de 2002, do limite do SPGT para os 100 mil euros, apenas em Janeiro foram processadas através das TEI operações de valor superior àquele montante, o que justifica o crescimento acentuado do peso relativo das operações de valor inferior a 100 mil euros.

Quadro III.9

TEIs, por escalão de valor em 2002

(Volume em milhares e Valor em milhões de EUR)

Escalão de Valor (em euros)	Apresentados		Devolvidos	
	Volume	Valor	Volume	Valor
0 - 5.000	29 415,329	19 820,3	25,410	12,2
5.000 - 25.000	892,694	9 596,8	1,092	12,2
25.000 - 50.000	188,592	6 638,7	0,267	9,3
50.000 - 100.000	140,223	10 247,0	0,211	15,4
100.000 - 150.000	3,606	440,4	0,005	0,6
150.000 - 200.000	1,965	340,0	0,004	0,7
200.000 - 250.000	1,380	307,4	0,002	0,5
250.000 - 350.000	1,486	434,4	0,004	1,1
350.000 - 500.000	1,215	512,3	0,001	0,4
Total	30 646,490	48 337,4	26,996	52,3
<i>Média Diária</i>	<i>123,078</i>	<i>194,1</i>	<i>0,108</i>	<i>0,2</i>

Relativamente à classificação das TEIs por código de operação (cf. Quadro III.10 e Quadro III.11) é importante distinguir os fechos de processamento. Neste sentido, a análise do 1º fecho das TEIs permite inferir que as transferências e os ordenados são as rubricas mais importantes, em volume e também em valor. Já no que respeita ao 2º fecho, é de salientar o papel desempenhado pelas transferências interbancárias com origem no exterior. O volume e valor de TEIs processadas no 1º fecho (99,12% do volume total) são forçosamente superiores àqueles processados no 2º fecho, ou não fosse o primeiro mais geral e o segundo mais restrito e dispendioso, nomeadamente para transferências de clientes. O horário de funcionamento do SPGT e o momento a que esse fecho se realiza, implicam que o 2º

fecho seja limitado às ordens de transferência comunicadas directamente pelos *back-office* e, neste âmbito, podem ser processadas as transferências interbancárias domésticas, as transferências interbancárias com origem no exterior e ainda as transferências consideradas urgentes.

De notar ainda que no que respeita às devoluções, no 1.º fecho apenas 0.087% das ordens são devolvidas, e destas aproximadamente 70% são codificadas como Transferências. No 2.º fecho a percentagem de devoluções atinge os 0,16%. Assim, as reduzidas percentagens de devolução registadas neste subsistema demonstram claramente a fiabilidade e segurança que este subsistema alcançou.

Quadro III.10**TEIs, por código de operação em 2002 (1º Fecho)***(Volume em milhares e Valor em milhões de EUR)*

Codigo de operação	Apresentados		Devolvidos	
	Volume	Valor	Volume	Valor
Reembolsos electricidade	1,498	1,7	0,002	0,0
Renda de casa	100,831	93,6	0,229	0,0
Ordenados	12 267,809	12.385,4	3,798	2,7
Fornecedores	1 225,781	5.446,4	0,952	2,9
Transferências	15 085,606	25.457,9	18,459	33,6
Reembolsos IVA	0,331	0,8	0,001	0,0
Transf. doméstica c/ tratamento manual	2,219	13,7	0,022	0,0
Transf. interbancária c/ origem no ext.	0,000	0,0	0,032	0,3
Transf. comercial c/ origem no ext.	160,052	1.608,2	1,335	7,8
Tr. de emigrante c/ origem no exterior	49,729	82,4	0,247	0,3
Transf. interbancária doméstica	0,000	0,0	0,012	0,0
Transf. de baixo valor de pensões com origem no	179,161	58,3	0,078	0,0
Tr. baixo valor comercial c/ origem ext.	129,438	240,5	0,138	0,3
Tr. baixo valor emigrante c/ origem ext.	104,770	75,7	0,679	1,2
Tr. de pensões c/ origem no exterior	1 069,963	303,0	0,573	0,2
Tr. c/ origem ext. e tratamento manual	0,099	0,3	0,003	0,0
Total	30 377,287	45 767,9	26,560	49,3

Quadro III.11

TEIs, por código de operação em 2002 (2º Fecho)

(Volume em milhares e Valor em milhões de EUR)

Codigo de operação	Apresentados		Devolvidos	
	Volume	Valor	Volume	Valor
Reembolsos electricidade	0,061	0,0	0,000	0,0
Renda de casa	0,087	0,2	0,000	0,0
Ordenados	66,618	65,0	0,087	0,1
Fornecedores	2,532	13,2	0,003	0,0
Transferências	92,116	1.117,4	0,133	0,8
Oper. Merc. Interbancário de Câmbios	1,182	71,7	0,000	0,0
Transf. interbancária c/ origem no ext.	73,435	843,4	0,082	0,7
Transf. comercial c/ origem no exterior	7,733	88,6	0,037	0,5
Transf. de emigrante c/ origem no ext.	5,058	9,9	0,020	0,0
Transf. interbancária doméstica	20,316	360,0	0,073	0,9
Tr. de pensões c/ origem no exterior	0,065	0,1	0,001	0,0
Total	269,203	2.569,5	0,436	3,0

No que concerne ao código de serviço (cf. Quadro III.12), parte significativa dos movimentos corresponde, como seria de esperar, à expedição de transferências. Outro código de serviço importante diz respeito às transferências com adenda e NIB ou IBAN do destinatário (transferências transfronteiras).

As 26,96 mil devoluções ascenderam a 52,3 milhões de euros. É de notar ainda que no ano de 2002, foram recebidas 93,1 mil transferências de pensões com origem no exterior, com número de conta normalizado, a que correspondem 24,7 milhões de Euros.

Quadro III.12

TEIs, por código de serviço em 2002

(Volume em milhares e Valor em milhões de EUR)

Código de serviço	Volume	Valor
Expedição de transferências	28 845,489	44.595,3
Devolução de transferências	23,686	40,0
Pré-notificações	0,017	3,6
Movimento conta ordenante	3,707	620,2
Regularização conta-ordenante	0,266	0,6
Pedido de confirmação de dados de conta (NIB)	1,091	0,0
Resposta a pedido de dados de conta (NIB)	33,997	7,0
Informação de alteração de NIB	121,039	0,0
Transferência c/ adenda e NIB ou IBAN destinatário	1 707,863	3.717,4
Devol. transf. c/ adenda e NIB ou IBAN destinatário	3,275	12,3
Transf. pensões c/ origem ext. e n.º conta normalizado	93,138	24,7
Resposta a pedido de NIB para efeitos	0,035	0,0

Os valores mensais apresentados no Quadro III.13 oscilam próximo da média mensal de 2.553,87 mil operações e 4.028,12 milhões de euros. O volume máximo foi registado no mês de Dezembro, tendo o montante máximo sido registado, como seria de esperar, em Janeiro (mês em que o limite do SPGT se encontrava

ainda nos 500 mil euros), com os mínimos a ocorrer em Fevereiro. Face ao ano anterior (cf. Gráfico III.6), o ano de 2002 registou sempre volumes superiores ao observados em 2001. Esta constatação é confirmada pela tendência crescente das transferências electrónicas interbancárias, que registou, no

ano de 2002, uma taxa de crescimento mais acentuada, como poderá ser comprovado

pele declive da regressão linear, mais acentuado neste ano.

Quadro III.13

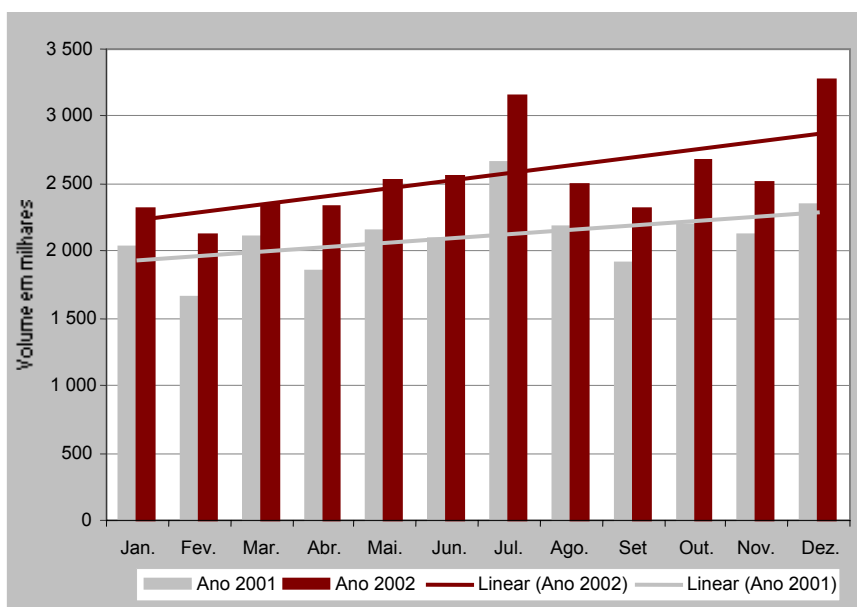
Dados mensais sobre as TEIS

(Volume em milhares e Valor em milhões de EUR)

Meses - 2002	Apresentados		Devolvidos	
	Volume	Valor	Volume	Valor
Janeiro	2 317,415	5 457,9	2,230	7,5
Fevereiro	2 130,584	3 128,9	2,169	3,4
Março	2 352,137	3 414,1	1,906	3,0
Abril	2 331,270	3 614,6	1,989	5,1
Maio	2 521,316	3 716,0	2,175	4,4
Junho	2 563,319	4 003,0	2,388	4,9
Julho	3 151,156	4 742,5	3,384	5,2
Agosto	2 497,459	3 841,5	2,307	2,9
Setembro	2 319,458	3 590,8	1,925	2,7
Outubro	2 675,613	4 149,1	2,311	4,1
Novembro	2 506,405	4 272,4	1,808	5,7
Dezembro	3 280,358	4 406,7	2,404	3,4
Total	30 646,49	48 337,4	26,996	52,3

Gráfico III.6

Comparação mensal do volume de TEIs apresentadas



MULTIBANCO

O Multibanco, sendo o sistema de pagamentos português com maiores volumes processados - assegura 79,10% do volume de operações do SICOI - representa, no entanto, apenas 13,5% do seu valor. Este é o subsistema de pagamento com menor valor médio por operação (43 euros) justificando por isso, mais que nenhum outro, a classificação de sistema de retalho.

A utilização de cartões tem vindo a aumentar de forma bastante significativa em Portugal, registando-se em 2002 um crescimento de aproximadamente 9,99%. No final de 2002 estavam emitidos em Portugal aproximadamente 14,57 milhões de cartões (3,57 milhões de cartões de crédito e 10,999 milhões de

cartões com funções de débito). Estes números representam respectivamente, face ao final do ano 2001, crescimentos de 25,32% nos cartões de crédito e de 5,79% nos cartões de débito.

No final de 2002, existiam 8.969 ATMs e cerca de 130 mil terminais POS, o que também corresponde a um incremento, quando comparado com o ano anterior (cf. Quadro III.14).

Este constante incremento na utilização dos cartões de pagamento, a que se tem assistido desde a segunda metade da década de 80, traduz a preferência dos portugueses pelos meios de pagamento electrónicos.

Quadro III.14

Cartões e terminais Multibanco

(*Cartões emitidos e número de terminais em unidades*)

	2000	2001	2002
Cartões emitidos	11 756 240,0	13 250 489,0	14 574 435,0
Cartões de débito	9 168 573,0	10 397 695,0	10 999 436,0
Cartões de crédito	2 587 667,0	2 852 794,0	3 574 999,0
Número de terminais	116 778,0	129 571,0	138 756,0
Caixas Automáticas	7 870,0	8 482,0	8 969,0
Terminais Pag. Autom.	108 908,0	121 089,0	129 787,0

Nota: Os valores de cartões emitidos referentes a 2000 e 2001, foram rectificadas relativamente aos indicados no relatório de 2001.

Das inúmeras transacções que podem ser efectuadas através do sistema Multibanco, apenas algumas são susceptíveis de ter valor contabilístico e, conseqüentemente, impacto ao nível do Sistema de Compensação Interbancária. Destacam-se os levantamentos de numerário, os pagamentos de serviços, as transferências interbancárias, as compras, os pagamentos de baixo valor (portagens) e os carregamentos dos cartões porta-moedas (PMB). O subsistema Multibanco na sua

globalidade processou 938,95 milhões de operações (crescimento de 11,79%), num montante de 40.231,3 milhões de euros (cf. Quadro III.15).

Das transacções sem valor contabilístico distinguem-se as consultas, quer de saldos quer de movimentos. Durante o ano de 2001 foram efectuadas 170.849.868 consultas, nos diferentes terminais.

Quadro III.15**Movimento global do Multibanco em 2002***(Volume em milhões e Valor em milhões de EUR)*

	Volume	Valor
Levantamentos nacionais	290,171	16 511,6
Levantam. internacionais	6,735	823,8
Levantam. no estrangeiro	2,311	217,2
Pagamentos de serviços	68,367	3 857,0
Transf. interbancárias	5,541	2 255,7
Compras	378,829	16 103,3
Pagamentos de baixo valor	186,87	461,0
Carregamentos PMB	0,131	1,7
Total	938,954	40 231,3
<i>Média Diária</i>	<i>2,572</i>	<i>110,2</i>

Analisando os volumes de transacções com valor contabilístico efectuadas (cf. Gráfico III.7), é possível constatar que as compras são a rubrica com maior peso (40,35%), logo seguida dos levantamentos efectuados por residentes no território nacional (30,90%). No que respeita ao valor das transacções feitas ao longo do ano 2002, os levantamentos nacionais e as compras ascenderam a 16.511,6 milhões de euros e 16.103,3 milhões de euros, respectivamente, assegurando em conjunto 81,07% do total.

Os utilizadores do sistema Multibanco têm também aproveitado as suas facilidades para cumprir alguns compromissos de pagamento face ao Estado e à Segurança Social. Os 1.084.159 pagamentos ao Estado, incluídos nos Pagamentos de Serviços, realizados em 2002 (crescimento de aproximadamente 18,5%) ascenderam a 308,58 milhões de euros. No que respeita à Segurança Social, foram efectuados 968.480 pagamentos (aumento de 51,78%), no valor de 85,2 milhões de euros.

Em 2002, existiam cerca de 3,64 milhões de cartões com função de dinheiro electrónico

distribuídos pelas instituições de crédito, o chamado Porta-Moedas Multibanco (PMB). Contudo, apenas cerca de 4 mil cartões PMB possuíam saldo.

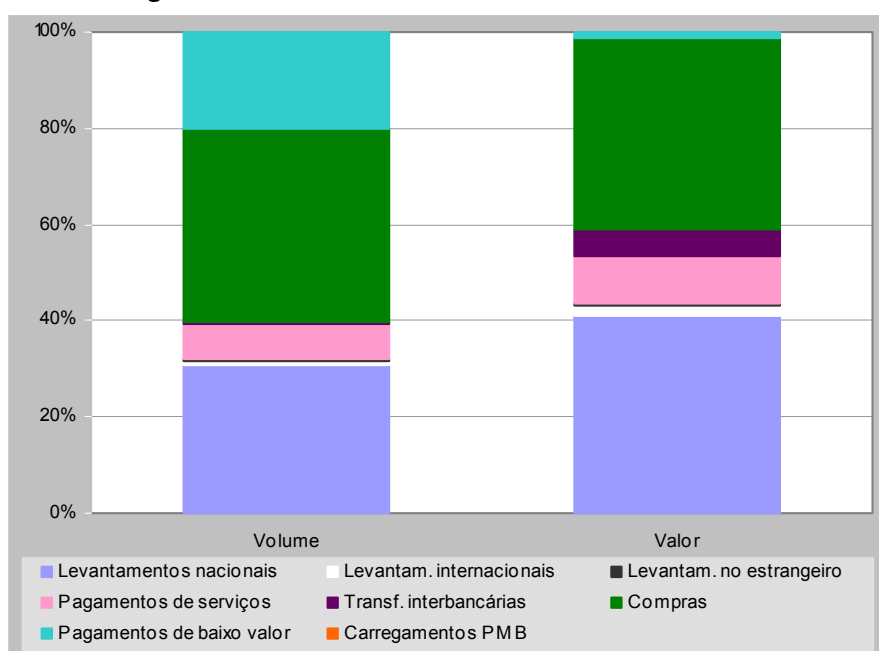
A análise detalhada dos dados do Multibanco permite demonstrar algumas evidências económicas e sociais.

Assim, os levantamentos internacionais são, em número e em valor, muito superiores aos levantamentos no estrangeiro, reflectindo o facto de existirem mais turistas estrangeiros a realizar férias em Portugal do que portugueses a gozar férias no estrangeiro.

O aumento de 30% observado nas transferências ordenadas via Multibanco, que em 2002 atingiram as 5,54 milhões de operações, demonstra claramente, quer a crescente facilidade de utilização e confiança da população portuguesa no Multibanco, quer a importância que este tipo de operação começa a possuir neste sistema, em grande medida devido ao elevado nível de serviço que apresenta.

Gráfico III.7

Movimento global do Multibanco em 2002



A comparação entre o ano 2001 e o ano 2002 (cf. Quadro III.17 e Gráfico III.9) revela um crescimento significativo das operações processadas através do subsistema do Multibanco em todos os meses, o que mais

uma vez demonstra a importância deste sistema no dia a dia dos portugueses e a crescente confiança no bom funcionamento do sistema.

Quadro III.16

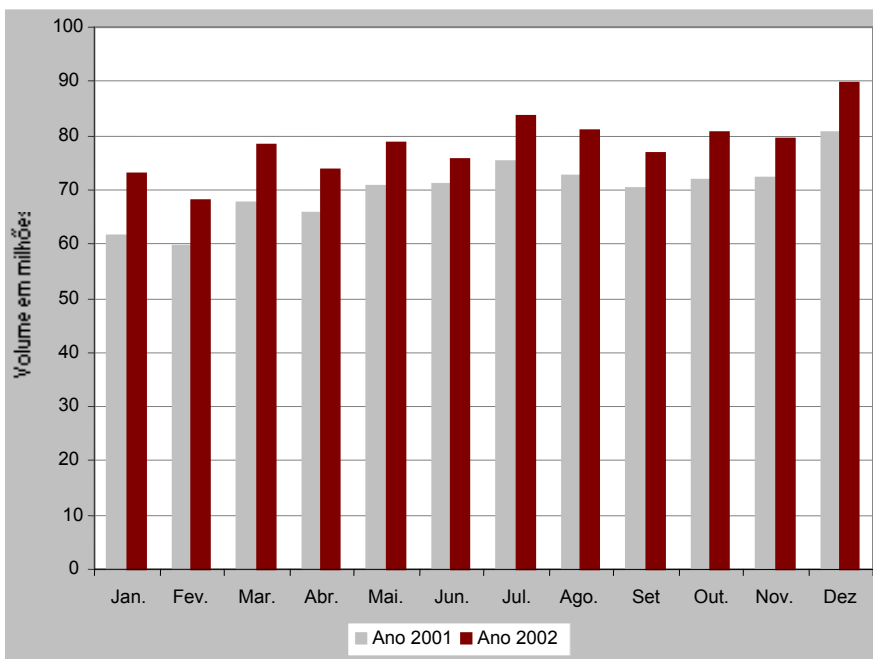
Dados mensais sobre o Multibanco

(Volume em milhões e Valor em milhões de EUR)

Meses - 2002	Volume	Valor
Janeiro	72,937	2 909,1
Fevereiro	68,249	2 728,2
Março	78,205	3 223,8
Abril	73,947	3 039,5
Mai	78,727	3 270,0
Junho	75,663	3 182,5
Julho	83,661	3 648,6
Agosto	81,049	3 818,0
Setembro	76,737	3 372,6
Outubro	80,527	3 426,6
Novembro	79,628	3 412,7
Dezembro	89,623	4 199,9
Total	938,954	40 231,3

Gráfico III.8

Comparação mensal do volume de operações Multibanco



Analisando os dados numa perspectiva mensal, é possível observar que algumas operações processadas no âmbito do subsistema do Multibanco apresentam uma forte componente sazonal. O caso mais evidente é o dos levantamentos internacionais (efectuados em Portugal por não residentes) e no estrangeiro (efectuados por cidadãos nacionais) (cf. Gráfico III.9) que, estando fortemente dependentes dos períodos de férias, se concentram nos meses de Verão (entre Julho e Setembro).

Contudo, existem outros casos de sazonalidade menos evidentes. Como demonstra o Gráfico III.10, e tomando como exemplo Setembro de 2002, os levantamentos nacionais e as compras também evidenciam um padrão de sazonalidade, não ao longo do

ano, mas sim ao longo da semana. Este padrão é determinado pelo efeito da disponibilidade e pré-disposição dos consumidores, que é claramente maior à sexta-feira e ao sábado e menor ao domingo, dia em que os estabelecimentos comerciais estão encerrados.

O rendimento disponível também influencia o comportamento dos utilizadores do sistema Multibanco, condicionando as suas possibilidades económicas. Assim sendo, os valores médios dos levantamentos nacionais e das compras são francamente superiores no início e no final do mês, altura em que os consumidores recebem os seus vencimentos mensais. Assim o confirma o Gráfico III.11, considerando novamente o caso de Setembro de 2002.

Gráfico III.9

Levantamentos internacionais e no estrangeiro em 2002

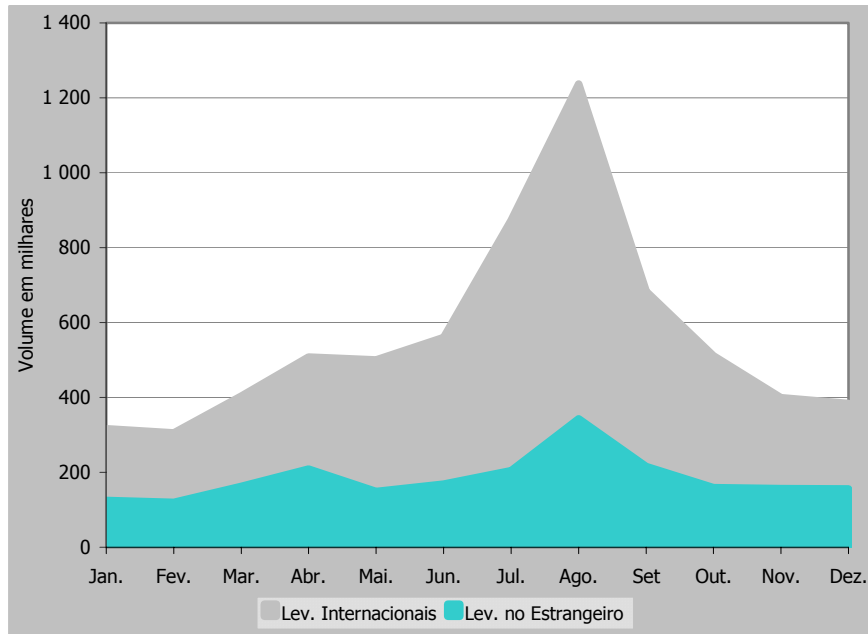


Gráfico III.10

Levantamentos nacionais e compras, por dias da semana, em Setembro de 2002

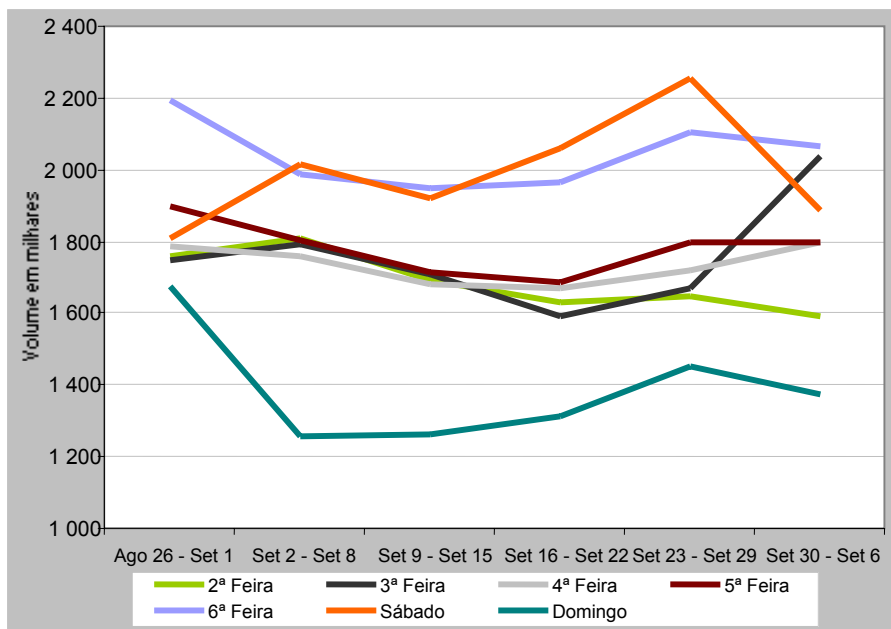
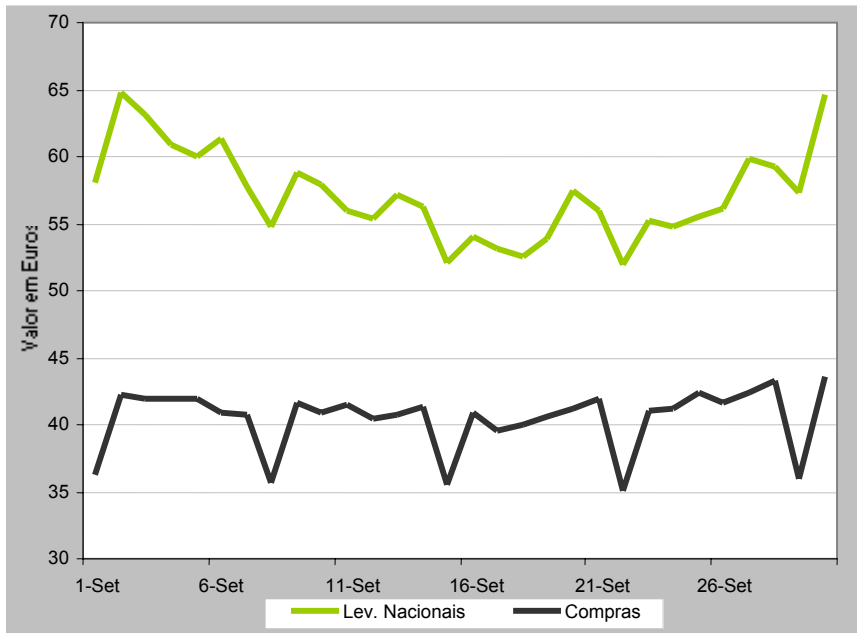


Gráfico III.11

Valor médio dos levantamentos nacionais e compras ao longo do mês de Setembro de 2002



DÉBITOS DIRECTOS

O sistema de débitos directos, como único sistema de cobranças (na verdadeira acepção da palavra) existente em Portugal, apresenta grandes vantagens devido ao seu carácter interbancário, constituindo uma alternativa mais eficiente e credível, tanto para credores como para devedores, a outros processos de cobrança que continuam a ser bastante utilizados em Portugal, mas que inevitavelmente virão a declinar no futuro.

Ao longo do ano 2002, foram processados cerca de 1,38 milhões de débitos directos, com um valor global de 433,6 milhões de euros. Apesar deste subsistema ter um peso ainda pouco significativo no movimento global do SICOI, quer em volume quer em valor, revela-se cada vez mais importante incentivar a sua utilização, cuja importância para a modernização dos sistemas de pagamentos em Portugal não é demais salientar.

No final de 2002 existiam 691.043 autorizações de débito em conta (ADC) activas e, durante esse ano, foram concedidas 17.477 autorizações através da Rede Multibanco e 586.427 via ficheiro de activação enviado para a SIBS. É ainda de salientar o cancelamento de 27 mil autorizações.

Conforme demonstrado pelo Quadro III.17 e pelo Gráfico III.12, o subsistema dos Débitos Directos apresenta uma tendência claramente crescente, tendo começado com um volume de 59.889 em Janeiro e terminado o ano com 167.464 operações em Dezembro. Pela primeira vez ultrapassou a barreira das 100 mil cobranças mensais em Maio, atingindo um máximo de 170, 398 mil em Outubro.

Quadro III.17

Dados mensais sobre os débitos directos

(Volume em milhares e Valor em milhares de EUR)

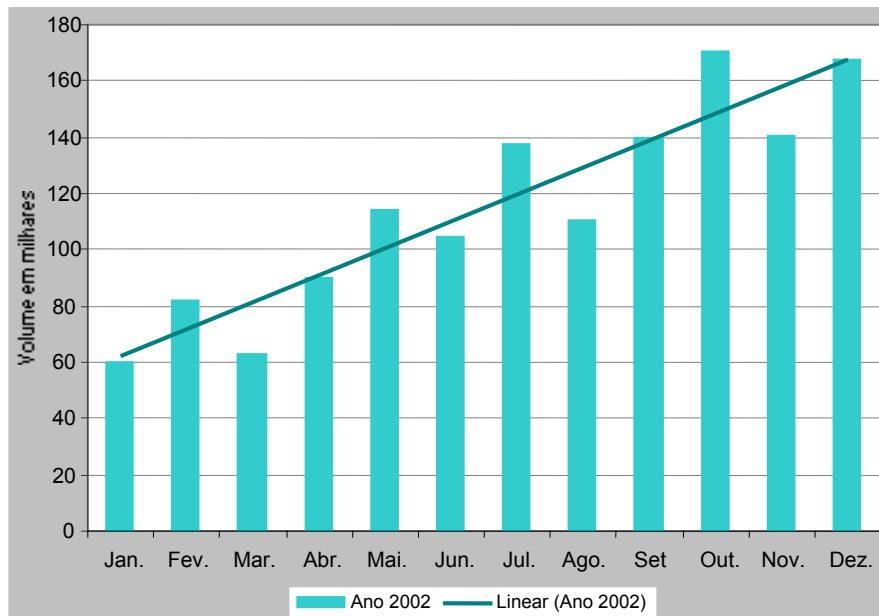
Meses - 2002	Cobrados	
	Volume	Valor
Janeiro	59,889	24 270,8
Fevereiro	81,626	24 710,1
Março	62,626	18 952,4
Abril	89,896	25 584,6
Maio	113,883	32 999,0
Junho	104,380	35 473,5
Julho	137,403	39 118,6
Agosto	110,386	37 256,6
Setembro	139,951	43 822,0
Outubro	170,398	51 609,0
Novembro	140,579	48 471,7
Dezembro	167,464	51 361,3
Total	1 378,481	433 629,5

Analisando a recta de regressão para 2002 do volume processado mensalmente, constata-se que a média mensal de crescimento do

sistema foi, em 2002, de aproximadamente 10 mil débitos directos.

Gráfico III.12

Comparação mensal do volume de débitos directos cobrados



Do total de 1.628,4 milhares de instruções enviadas, cerca de 1.372,582 milhares de débitos directos foram efectivamente cobrados (cf. Quadro III.18), tendo os restantes sido rejeitados ou revogados. De

notar que, apesar da taxa de cobrança poder parecer baixa, esta é idêntica, ou até superior à registada em processos de cobrança concorrentes ao SDD, estando dentro dos parâmetros normais de cobranças.

Quadro III.18

Débitos Directos, por código de serviço, em 2002

(Volume em milhares e Valor em milhares de EUR)

Código de operação	Volume	Valor
Instruções de DDs (ADC normalizadas)	1 568,922	518 756,2
Reversões (ADC normalizadas)	2,880	144,7
Revogações (ADC normalizadas)	4,899	2 783,6
Rejeição de IDDs (ADC normalizadas)	240,169	115 888,6
Devolução de Reversões (ADC normalizada)	0,007	0,3
Instruções de DDs (ADC não normalizadas)	59,461	38 139,0
Revogações (ADC não normalizadas)	1,017	662,8
Rejeição de IDDs (ADC não normalizadas)	9,733	7 377,1

*IDD significa Instrução de Débito Directo

O Quadro III.19 permite verificar que as principais operações realizadas através dos débitos directos são as cobranças indiferenciadas, as transferências relativas a prestações regulares de *leasing* e vendas do comércio de retalho e as prestações de seguros, justificando no seu conjunto cerca de 85,1% das instruções enviadas e 97,7% do

seu montante. Outras operações como as cobranças de água, quotas, gás, telefone e outros serviços diversos desempenham um papel menos significativo. Ainda assim, são responsáveis pelo envio de 221,5 mil instruções, com um valor de 11.014,9 milhares de euros.

Quadro III.19
Débitos Directos, por código de operação, em 2002
(Volume em milhares e Valor em milhares de EUR)

Código de serviço	IDD enviadas	
	Volume	Valor
Água	58,910	1 048,3
Gás	31,143	2 933,5
Gás / Electricidade	0,061	0,9
Telefone	62,770	2 637,7
Renda de casa	9,504	467,1
Serviços Públicos Terrestres	0,002	0,0
Seguros diversos	133,804	4 002,1
Quotas	49,995	2 496,2
Transferência	193,404	199 260,1
Cobrança	1 058,310	340 977,8
Aquisições a Crédito	0,260	840,6
Serviços diversos	18,640	1 899,2
Água/Saneamento	5,213	59,3
Telecomunicações	5,226	231,1
Televisão	1,141	41,4
Total	1 628,383	556 895,2

Foram rejeitadas, em 2002, cerca de 255,82 mil instruções de débitos directos com um valor de 126.712 milhares de euros (cf. Quadro III.20). O principal motivo de rejeição foi a conta sem saldo ou com saldo insuficiente, que justifica 77,94% do número de rejeições e 75,4% do seu valor. Outras

causas importantes para a rejeição dos débitos directos são conta destinatário não movimentável e não existência de autorização de débito em conta, que asseguram, respectivamente, 7,85% e 4,29% do volume de rejeições e 12,78% e 4,28% do seu montante global.

Quadro III.20**Débitos Directos rejeitados, por motivo de rejeição, em 2002***(Volume em milhares e Valor em milhares de EUR)*

Motivo de rejeição	Volume	Valor
Não existe autorização de débito	10,985	5 427,1
Recusa de débito pelo banco	3,350	841,4
Conta sem saldo ou saldo insuficiente	199,393	95 543,5
Conta inexistente	4,190	1 271,3
Registo inválido	0,405	86,1
Cancelamento de autorização pelo cliente	3,543	1 329,1
Reservado	0,017	19,5
Dados do NIB da conta do devedor inválidos	1,917	327,5
Conta destinatária não movimentável	20,091	16 188,7
Referência do mandato MB inválida	0,001	0,4
Recusa da operação pelo cliente	6,319	4 207,0
Conta ordenante não movimentável	0,023	3,4
Não aceitação das instruções pelo banco	1,500	442,8
Cancelamento de autorização pelo banco	0,149	28,2
Valor superior ao máximo autorizado	0,100	14,8
Autorização Caducada	0,034	4,7
Suspensão	3,800	976,5
Aceitação de Pré-notificação	0,001	0,1
Total	255,818	126 712,0

Ainda no que respeita aos débitos directos, foi tornado público, em Abril de 2002, o primeiro volume dos **Cadernos do Banco de Portugal** sobre o subsistema de Débitos Directos. O objectivo foi o esclarecimento dos consumidores de serviços financeiros, prestando informações sobre as características do sistema e as suas vantagens, o seu modo de funcionamento e os

principais direitos e deveres dos credores, devedores e instituições de crédito participantes. Este primeiro caderno foi editado na sequência do Aviso n.º 1/2002 do Banco de Portugal, que introduziu vários melhoramentos na regulamentação em vigor do SDD. Ainda no ano de 2002 foi definido e apresentado ao sistema bancário o logotipo do SDD.



Débitos Directos

Caixa 4

Cadernos do Banco de Portugal

Ao longo do ano de 2002, foram editados os primeiros três “Cadernos do Banco de Portugal” dedicados a instrumentos de pagamento: “Débitos Directos”, “Transferências a Crédito” e “Cheques - Regras Gerais”. Futuras edições, abordando outras temáticas no âmbito dos instrumentos e sistemas de pagamentos procurarão, com a sua adequada difusão junto do público, intensificar a intervenção do Banco de Portugal na informação aos utilizadores dos serviços bancários, visando o melhor esclarecimento sobre as características dos instrumentos e sistemas de pagamentos à sua disposição, do seu modo de funcionamento e dos direitos e deveres inerentes à utilização daqueles instrumentos e sistemas.

Com a participação activa das instituições de crédito, câmaras municipais, centros de informação autárquica, organismos de defesa do consumidor e outras entidades, foram distribuídos em 2002 estes três primeiros Cadernos destinados ao público em geral

enquanto consumidores de serviços financeiros. Cada caderno, com tiragem de 500 000 exemplares, foi estruturado no formato de perguntas e respostas, com a simplicidade possível que a natureza técnica das matérias permite.

Houve a preocupação e permitir que a Comunicação Social desempenhasse um papel relevante na divulgação destes Cadernos, informando a sua existência e apreciando o seu conteúdo. A procura dos Cadernos nos balcões das instituições de crédito e nas recepções do Banco de Portugal tem sido satisfatória.



Caixa 5
Grupos de Trabalho Interbancários

O Banco de Portugal preside à Comissão de Coordenação Interbancária para os Sistemas de Pagamentos (CISP) e, neste âmbito, promove o funcionamento de grupos de trabalhos interbancários, que resultam da intervenção conjunta do próprio banco, das instituições de crédito participantes e da SIBS.

Os Grupos de Trabalho actualmente em funcionamento são os seguintes: GTI-Cheque, GTI-Cobranças, GTI-Tarifários Interbancários, GTI-TEI e GTI-Pagamentos Transfronteiros.

O Grupo de Trabalho Interbancário para os Pagamentos Transfronteiros foi criado em 2002, com o objectivo de acompanhar os desenvolvimentos e decisões resultantes dos trabalhos levados a efeito pelos diversos grupos de trabalho que funcionam no âmbito do EPC, analisar os seus impactos nos diversos subsistemas do SICOI e no sistema bancário nacional em geral e proceder às necessárias adaptações. Desta forma, este Grupo de Trabalho procurará contribuir para antecipar cenários e preparar o sistema bancário português para os novos desafios, no quadro das acções com vista à criação da SEPA (Single Euro Payment Area).

No trabalho desenvolvido pelos diferentes grupos sob a égide da CISP, ressalta o aprofundamento do projecto de troca de imagem dos cheques, cuja entrada em funcionamento está prevista para 27 de Outubro de 2003. No grupo do Cheque, foi acordado o diferimento do horário de fecho de compensação na SIBS, que permite aos participantes na compensação de cheques dispor de mais tempo para o processamento operacional dos documentos. No âmbito das TEI, foram efectuadas alterações no sentido de introduzir um mecanismo de controlo de duplicações e foi implementado um conjunto de medidas com vista à automatização do processamento das transferências transfronteiras. No sistema de Débitos Directos, procedeu-se a algumas alterações e ao ajustamento do respectivo preçário interbancário. Divulgou-se um conjunto de boas práticas que deverão ser observadas por todos os participantes neste sistema. Foi ainda aprovado o logotipo que deverá identificar inequivocamente a utilização dos débitos directos.